



Ministério Público de Sergipe
Procuradoria-Geral de Justiça

Relatório Anual

2010

Complementar
17/11/2010 a 31/12/2010



Relatório Anual 2010

Complementar

17/11/2010 a 31/12/2010

PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Orlando Rochadel Moreira

CORREGEDORA GERAL
Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça

COORDENADOR-GERAL
Rodomarques Nascimento

OUVIDOR
José Carlos De Oliveira Filho

SECRETÁRIO GERAL
José Rony Silva Almeida



Elaboração e **Coordenação**

ORGANIZAÇÃO
Assessoria de Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil - ASPLAN

COLABORAÇÃO
José Ailton Nunes da Silva - Assessor de Planejamento
Matheus Pacheco Franco - Analista de Direito
Erika Valéria Cabral Tavares - Técnica do MP

DESIGN E DIAGRAMAÇÃO
Vanderley dos Santos Rodrigues - Assessor do Diretor de Informática



INTRODUÇÃO

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Sergipe, levando em conta o início do mandato do Dr. Orlando Rochadel Moreira no mês de novembro/2010, apresenta Relatório Complementar do Exercício de 2010, com o fim de conferir publicidade e transparência à atual Administração, fornecendo informações sobre o trabalho realizado no período de 17/11/2010 a 31/12/2010.

O Relatório Anual da gestão anterior, referente ao período de 01.01 a 16.11.2010, anexo, já foi devidamente apresentado e publicado. Diante disso, este trabalho não deve ser encarado como um novo e independente relatório, mas sim como uma complementação do anterior, com a inserção de dados atualizados sobre as atividades ocorridas após a mencionada data.

DIAGNÓSTICO INICIAL

Seção I - QUADRO DE PESSOAL

1. EFETIVO DO MP

O quadro de pessoal do Parquet terminou o exercício de 2010 com o efetivo abaixo discriminado, que sofreu pequena alteração em relação ao constante no Relatório Anual da gestão anterior.

CATEGORIA	EM EXERCÍCIO	VAGOS
MEMBROS DO MP	132	3
SERVIDORES EFETIVOS	260	40
SERVIDORES COMISSIONADOS (Sem Vínculo)	80	11
SERVIDORES REQUISITADOS	57	-
SERVIDORES CONVENIADOS	35	-
SUB-TOTAL	564	54
Estagiários	133	12
Terceirizados	53	-
TOTAL	750	66

Seção II – FINANÇAS

1. ORÇAMENTO

O Decreto Estadual nº 26.801, de 23 de dezembro de 2009, publicado no Diário Oficial do Estado de 29 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o orçamento do Estado de Sergipe, estimou a receita e fixou a despesa do Ministério Público, para o exercício de 2010, em R\$ 98.440.000,00 (Noventa e oito milhões e quatrocentos e quarenta mil reais), dos quais R\$87.765.000,00 (Oitenta e sete milhões, setecentos e sessenta e cinco mil reais) referentes à Despesa Corrente, e R\$10.675.000,00 (Dez milhões, seiscentos e setenta e cinco mil reais) destinados à Despesa de Capital.

Acerca do saldo orçamentário da gestão anterior restou disponível o montante de R\$ 18.058.462,40 (dezoito milhões, cinquenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos) a serem empenhados no período de 17/11/2010 a 31/12/2010, de forma a atender às ações inicialmente previstas na proposta orçamentária do exercício de 2010 do MP.

Considerando a execução orçamentária, evidenciamos um aumento de créditos orçamentários provenientes de suplementação por anulação de despesas de outros órgãos estaduais e de contratação de Operações de Créditos, os quais elevaram o orçamento do MP de 2010 em 5,10 % (cinco vírgula dez por cento), que findou totalizando R\$ 103.469.157,31 (Cento e três milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, cento e cinquenta e sete reais, trinta e um centavos).

Tal incremento comprova a necessidade de se disponibilizar cota maior do orçamento Estadual para o Ministério Público, face à crescente demanda dos serviços prestados à sociedade pela Instituição, para atender a sua prerrogativa constitucional quanto à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Dando sequência ao histórico dos quadros comparativos da evolução do orçamento do Ministério Público face ao Orçamento Estadual, foram complementados os demonstrativos abaixo, onde se registram retrações e progressões ocorridas entre os diversos exercícios citados.

ORÇAMENTÁRIOS

ANO	ORÇAMENTO		%
	ESTADUAL	MP	
2003	2.241.095.330,00	36.443.280,00	1,63
2004	2.602.939.500,00	33.411.100,00	1,28
2005	2.853.518.600,00	52.157.860,00	1,83
2006	3.252.701.130,00	65.000.000,00	2
2007	3.895.564.750,00	84.074.300,00	2,16
2008	4.336.261.661,00	85.160.000,00	1,96
2009	4.544.522.070,00	98.220.000,00	2,16
2010	* 6.214.019.322,32	**103.469.157,31	1,66

*Dotação orçamentária constante do site da SEFAZ

** Dotação orçamentária do MP, considerando a abertura de créditos adicionais e anulações.

RECEITA x DESPESA

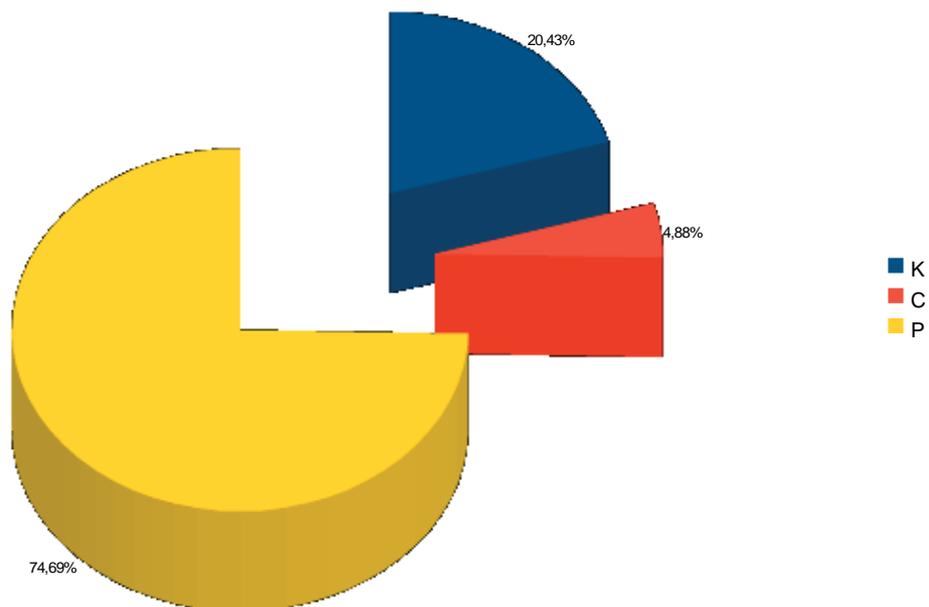
ANO	RECEITA ESTADUAL	DESPESA DO MP	%
2003	2.099.526.507,00	38.363.986,09	1,83
2004	2.532.054.967,00	48.656.571,20	1,92
2005	3.016.652.435,00	55.316.398,44	1,83
2006	3.420.004.346,00	70.346.194,42	2,06
2007	3.686.045.323,35	66.578.139,32	1,81
2008	4.545.170.041,96	83.740.812,37	2,2
2009	4.813.303.829,58	69.169.048,32	1,76
2010 *	5.948.640.047,11	95.144.492,45	1,59

Arrecadado/Realizado até 31/12/2010 (Fonte: SAFIC e Sefaz).

DESPESAS (Por ano e por categorias)

EXERCÍCIO	Despesas do MP	Capital (K)	% - K	Pessoal (P)	% - P	Custeio (C)	% - C
2003	38.363.986,09	1.127.028,38	2,94	34.477.480,18	89,87	2.759.477,53	7,193
2004	48.656.571,20	425.624,91	0,87	45.362.850,09	93,23	2.868.096,20	5,895
2005	55.318.378,44	544.435,95	0,98	51.648.529,76	93,37	3.123.432,73	5,646
2006	70.346.194,42	464.305,36	0,66	66.374.374,93	94,35	3.507.514,13	4,986
2007	66.578.139,32	1.878.869,21	2,82	60.800.010,06	91,32	3.899.260,05	5,857
2008	83.740.812,37	12.624.045,11	15,08	67.847.570,99	81,02	3.269.446,27	3,904
2009	69.169.048,32	2.137.647,68	3,09	63.229.238,93	91,41	3.802.161,71	5,497
2010	95.144.492,45	19.439.544,50	20,43	71.060.189,55	74,69	4.644.758,40	4,88

DESPESAS DO MP 2010



2. RESPONSABILIDADE FISCAL

A Procuradoria Geral de Justiça de Sergipe fechou o exercício de 2010 com **1,50%** de comprometimento da Receita Corrente Líquida Estadual no tocante às despesas com pessoal, mantendo o Órgão dentro das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece o limite de 2% para o Ministério Público.

DAS AÇÕES

Seção I - ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

1. PROCURADORIA-GERAL

1.1 PROCURADOR-GERAL E SEU GABINETE ADMINISTRATIVO

Com a posse do novo Procurador-Geral de Justiça, houve a natural necessidade de se proceder a um período de transição, caracterizado pela implementação de nova metodologia de trabalho, adequando-a à linha de pensamento do novo gestor da Instituição. Também foram feitas mudanças no Quadro de Pessoal lotado no Gabinete do Procurador-Geral, de forma que, num primeiro momento, priorizou-se a ambientação dos servidores em suas novas funções, bem como o estabelecimento de metas para o mandato.

É importante frisar que não houve solução de continuidade do serviço no período, sendo possível relatar algumas das atividades feitas, de acordo com os dados abaixo:

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Atendimento ao público externo e interno (audiências, reuniões, visitas, etc.)	9
Ofícios expedidos	61
<i>Notitia criminis</i> remetidas para oferecimento, ou não, de denúncia	5
Pedidos de Auditoria/Inspeção/Fotocópias de documentos requeridos junto ao Tribunal de Contas do Estado	10
Comunicação Eletrônica Expedida	21
Peças oriundas do Tribunal Regional do Trabalho-20ª Região Remetidas às respectivas Promotorias de Justiça, através da Coordenadoria Geral	6
Documentação de Promotores e Procuradores de Justiça	231
Documentação Diversas	134

Pode-se também citar outras atividades desempenhadas:

- Apoio à Assessoria Especial do Gabinete da PGJ/MP, na execução dos trabalhos administrativos e rotineiros.

- Atualização mensal do questionário das atividades funcionais de que trata a Resolução nº 33, de 15 de dezembro de 2008, do Conselho Nacional do Ministério Público, utilizando o relatório gerado a partir do Sistema APEP – Apuração Estatísticas das Promotorias;

- Atualização do questionário da Resolução nº 36, de 06 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, que dispõe sobre o pedido e a utilização das interceptações telefônicas, usando o relatório do Sistema APEP;

- Controle do Fax oficial da PGJ/MP – (79) 3211-7472;

- Exercício de outras atividades correlatas e excepcionais, especificamente aquelas atribuídas pelo Procurador-Geral de Justiça.

1.2 ASSESSORIA DO GABINETE DO PROCURADOR GERAL / NÚCLEO RECURSAL

Com base em dados fornecidos pelo Cartório da PGJ, é possível analisar a atividade realizada pela Assessoria do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça/Núcleo Recursal, no período compreendido por este relatório, através das estatísticas detalhadas em anexos, resumido conforme abaixo:

QUADRO GERAL DE PROCESSOS MOVIMENTADOS

MESES	CÂMARA CÍVEL	CÂMARA CRIMINAL	CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS	TURMA RECURSAL	TRIBUNAL PLENO	TOTAL
NOVEMBRO	004	034	-	-	040	078
DEZEMBRO	009	055	-	-	054	118
TOTAL	013	089	-	-	094	196

QUADRO GERAL DE MANIFESTAÇÕES PROCESSUAIS

	PARECERES EMITIDOS	CONTRA RAZÕES	DILIGÊNCIA SOLICITADA	DESIGNAÇÃO DE PROMOTOR ART. 28 DO CPF	PELA NÃO MANIFESTAÇÃO	PARA EXAME E CIÊNCIA DA DECISÃO	PELA REITERAÇÃO	RECURSO INTERPOSTO	DENUNCIA	A RETORNAR	TOTAL
	071	-	020	-	-	087	003	014	-	001	196
TOTAL	071	-	020	-	-	087	003	014	-	001	196

2. CORREGEDORIA GERAL DA PGJ

Durante o período objeto deste relatório (17/11/2010 a 31/12/2010), a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Sergipe realizou correições nas seguintes Promotorias de Justiça:

- 6ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Aracaju – **19 de novembro de 2010** – Autos de Correição nº 2010/23;

- 1ª e 3ª Promotorias de Justiça do Tribunal do Júri da Comarca de Aracaju – **26 de novembro de 2010** – Autos de Correição nº 2010/24;

- 2ª e 4ª Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri da Comarca de Aracaju – **03 de dezembro de 2010** – Autos de Correição nº 2010/25;

- Promotoria de Justiça Militar da Comarca de Aracaju – **10 de dezembro de 2010** – Autos de Correição nº 2010/26.

Além das correições, continuaram sendo realizadas fiscalizações em Promotorias Especializadas de Aracaju (Controle Externo da Atividade Policial e da 2ª Promotoria da Infância e Adolescente), nos termos das Resoluções nº 20/07 (CNMP), nº 04/2009 (CPJ) e nº 03/2009 (CPJ), com acompanhamento mensal das visitas aos estabelecimentos prisionais e estabelecimentos de internação de adolescentes.

3. CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

No período em tela realizaram-se 02 (duas) reuniões do Conselho, nas quais foram distribuídos 56 (cinquenta e seis) processos acerca de Procedimento Administrativos, Inquéritos Cíveis e Peças de Informação, para fins de apreciação das respectivas promoções de arquivamento, sendo prolatadas 30 (trinta) decisões, deferidos 02 (dois) pedidos de vistas, retirados de pauta 14 (quatorze) procedimentos e arquivados 06 (seis) procedimentos monocraticamente.

Fato ocorrido no final do ano de 2010 e que merece ser relatado foram as eleições dos integrantes do Conselho Superior do Ministério Público para o biênio 2011/2012, sendo eleitos como Conselheiros os Procuradores de Justiça Dr. Josenias França do Nascimento, Dr. Carlos Augusto Alcântara Machado e Dr. Rodomarques Nascimento.

4. COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA - CPJ

No período abrangido por este relatório, foram realizadas 05 (cinco) reuniões do Colégio de Procuradores de Justiça e editadas **7 (sete) resoluções**, conforme segue:

- Resolução nº 018/2010, que “modifica e acrescenta dispositivo ao Ato nº 0CPJ”, que trata do Colar do Mérito “Tobias Barreto”; Resolução nº 019/2010, que “Regulamenta a eleição para escolha do Ouvidor do Ministério Público do Estado de Sergipe;

- Resolução nº 020/2010, que “aprova Projeto de Lei que “dispõe sobre alterações no Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, e dá providências correlatas”, (Cria a Coordenação de Evolução Humana, Ética e Espiritualidade);

- Resolução 021/2010, que “aprova Projeto de Lei Complementar que “altera e acrescenta dispositivos da Lei Complementar nº 02, de 12 de novembro de 1990 e dá outras providências”, (Cria Chefia de Gabinete e dispõe sobre licenças);

- Resolução nº 022/2010, que “modifica normas que regulamentam e definem atribuições do Núcleo de Segurança Pública e cria o Núcleo de Apoio às Atividades Cíveis e Criminais, no âmbito de atuação do Centro de Apoio Operacional do Ministério Público;

- Resolução nº 023/2010, que “modifica dispositivos do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça;

- Resolução nº 024/2010, que “altera a Resolução nº 009/2009 – CPJ, para modificar as atribuições das Promotorias de Justiça da Comarca de Tobias Barreto;

Merece também registro:

- Gravação em áudio das Sessões Ordinárias e Extraordinárias;
- Assessoria aos Membros do Colégio em assuntos diversos;
- Arquivo de Livros de Atas do CPJ

No que tange à atuação judicial dos Procuradores de Justiça que compõem o colégio de Procuradores, tem-se o quadro estatístico abaixo:

CÂMARA CÍVEL	
TIPOS/PARECERES	QUANTIDADE
APELAÇÕES CÍVEIS	1062
AGRAVOS DE INSTRUMENTO	211
REEXAMES NECESSÁRIOS	24
AÇÃO CAUTELAR	0
HABEAS CORPUS	3
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	3
EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO	0
AGRAVO REGIMENTAL	0
RECURSOS ADMINISTRATIVOS	0
CORREIÇÃO PARCIAL	1
RECONST. DE AUTOS	1
INQUÉRITOS	3
TOTAL GERAL: 1.308	

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS	
TIPOS/PARECERES	QUANTIDADE
AÇÃO RESCISÓRIA	5
EMBARGOS INFRINGENTES	2
IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA	0
AÇÃO CAUTELAR INOMINADA	0
AÇÃO CAUTELAR INCIDENTAL	1
TOTAL GERAL: 8	

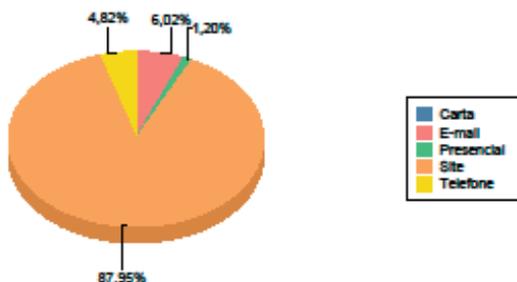
CÂMARA CRIMINAL	
TIPOS/PARECERES	QUANTIDADE
APELAÇÕES CRIMINAIS	345
HABEAS CORPUS	186
RECURSO EM SENT. ESTRITO	39
AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA	0
PROCESSO INVESTIGATÓRIO DO MP	7
AGRAVO CRIMINAL (LEI DE EXECUÇÃO)	8
RECURSO ORDINÁRIO	1
AGRAVO DE INSTRUMENTO (ECA)	1
REPRESENTAÇÃO CRIMINAL	1
CONFLITOS DE JURISDIÇÃO	0
REVISÃO CRIMINAL	3
CORREIÇÃO PARCIAL	8
TERMO CIRCUNSTANCIADO	0
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	7
INQUÉRITOS POLICIAIS	5
PETIÇÃO	0
TOTAL: 611	

TRIBUNAL PLENO	TOTAL
MANDADO DE SEGURANÇA	55
CONFLITO DE COMPETÊNCIA	4
PRECATÓRIO	52
AGRAVO SUPERIOR INSTÂNCIA	15
INQUÉRITOS POLICIAIS	1
REVISÃO CRIMINAL	7
INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE	0
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	1
AÇÃO DECLARATÓRIA	3
DESAFORAMENTO	2
PEDIDO DE INTERVENÇÃO ESTADUAL	0
EMBARGOS À EXECUÇÃO	1
SUSPENSÃO DE EXECUÇÃO DE DECISÃO	0
AÇÃO RESCISÓRIA	0
EXECUÇÃO DE DECISÃO	0
REPRESENTAÇÃO	0
AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA	0
AGRAVO REGIMENTAL	1
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	4
EMBARGOS INFRINGENTES	0
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA	0
MANDADO DE INJUNÇÃO	1
HABEAS DATA	0
QUEIXA CRIME	1
DENÚNCIA	0
CONFLITO DE JURISDIÇÃO	16
CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÕES	0
EXCESSÃO DE SUSPEIÇÃO	0
IMPUGNAÇÃO DO VALOR DA CAUSA	0
REPRESENTAÇÃO CRIMINAL	1
TERMO CIRCUNSTANCIADO	0
TOTAL	165

5. OUVIDORIA

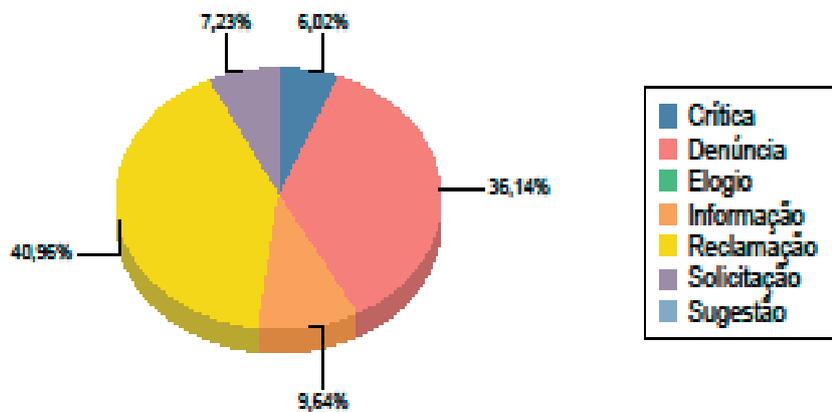
Durante o período de 17/11/2010 a 31/12/2010, a Ouvidoria registrou as correspondências recebidas conforme demonstrativo abaixo:

Período	2010					TOTAL
	Carta	E-mail	Pessoalmente	Site	Telefone	
17/11/2010 a 31/12/2010	0	5	1	73	4	83



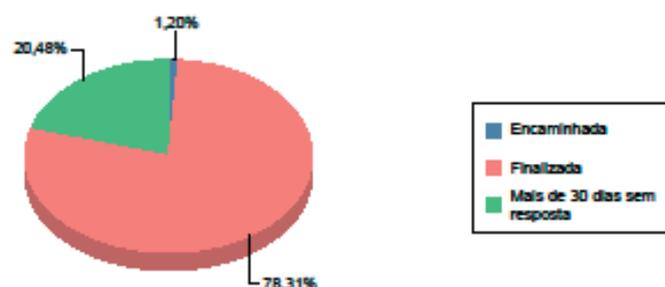
Analisando as manifestações recebidas, pode-se elaborar quadro com o foco principal das demandas apresentadas à Ouvidoria:

Período	Crítica	Denúncia	Elogio	Informação	Reclamação	Solicitação	Sugestão	Total
17/11/2010 a 31/12/2010	5	30	0	8	34	6	0	83



Com relação à fase em que se encontra o procedimento originado por cada manifestação, tem-se o quadro e gráfico a seguir:

Grupo	Total
Encaminhada	1
Finalizada	65
Mais de 30 dias sem resposta	17
Total	83



No tocante ao atendimento, foi possível mensurar o grau de satisfação das pessoas que buscaram os serviços do MP através da Ouvidoria durante este período e que responderam ao questionário de avaliação, obtendo o quadro e gráfico abaixo:

Acesso à página da Ouvidoria (facilidade de encontrar informações, preencher o formulário, etc.)

Avaliação	Quantidade	%
Muito Satisfeito	5	50,00%
Satisfeito	2	20,00%
Pouco satisfeito	3	30,00%
Total	10	100%

Qualidade do atendimento telefônico

Avaliação	Quantidade	%
Muito Satisfeito	3	33,33%
Satisfeito	4	44,44%
Pouco satisfeito	2	22,22%
Total	9	100%

Qualidade do atendimento via fax e e-mail

Avaliação	Quantidade	%
Muito Satisfeito	4	40,00%
Satisfeito	4	40,00%
Pouco satisfeito	2	20,00%
Total	10	100%

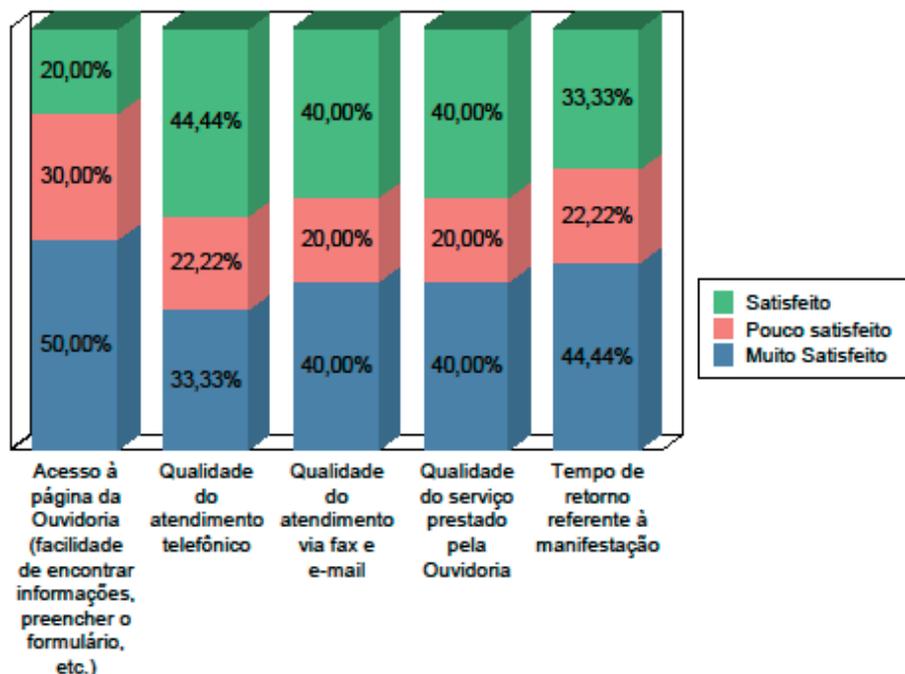
Qualidade do serviço prestado pela Ouvidoria

Avaliação	Quantidade	%
Muito Satisfeito	4	40,00%
Satisfeito	4	40,00%
Pouco satisfeito	2	20,00%
Total	10	100%

Tempo de retorno referente à manifestação

Avaliação	Quantidade	%
Muito Satisfeito	4	44,44%
Satisfeito	3	33,33%
Pouco satisfeito	2	22,22%
Total	9	100%

Total 48 100%



6. ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Escola Superior do Ministério Público finalizou os seus trabalhos no ano de 2010 com mais três encontros, conforme quadro abaixo. Iniciou também seu planejamento para o ano de 2011, pensando em ações com o objetivo de aprimorar a capacitação técnico-profissional dos Membros e servidores do Ministério Público.

ENCONTRO	PALESTRANTES	PERÍODO
1º Encontro: discussão e sugestão sobre os temas a serem abordados na 2ª fase do Curso de Ingresso na Carreira do Ministério Público de Sergipe		29/11/ 2010, das 8h30min às 09h
2º Encontro: "Compreendendo a rede de Saúde de Atendimento à Violência Contra a Mulher"	- Dr. Josenias França do Nascimento (Abertura) - Dra. Patrícia Lima da Silva (Expositora) - Dra. Patrícia Chaves (Expositora) - Sra. Maria Auxiliadora Varjão Lima (Expositora) - Dra. Karen Mirella (Expositora) - Dra. Giclele Mara d'Ávila Cavalcante Fontes (Coordenadora) - Dra. Adélia Moreira Pessoa (Coordenadora)	29/11/ 2010, das 09 às 12h
3º Encontro: Instrumentos Extrajudiciais e Judiciais utilizados pelo Ministério Público para a tutela de direitos (Audiências Públicas, Recomendação, TAC, e/ou outros Procedimentos; ACP): aspectos práticos. Exemplos, especialmente, na área de cargos comissionados e logradouros públicos com nomes de pessoas vivas, patrimônio público, conforme solicitação dos promotores.	- Dr. Alexandre Albagli Oliveira	13/12/10, das 09h30min às 12h

7. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

No período em análise, as diversas Promotorias de Justiça continuaram exercendo regularmente suas atividades, sendo possível destacar relevantes trabalhos realizados, como por exemplo, a Ação Civil Pública proposta em face da Fundação Hospitalar de Saúde, visando a melhoria dos serviços prestados na Sala de Recuperação Pós-Anestésica do HUSE e a ratificação da Recomendação nº 002/2004, feita com o objetivo de evitar o comércio de anabólicos/esteróides, ambos oriundos da Promotoria de Direitos da Saúde.

Anexo a este relatório, encontram-se cópias da petição inicial da Ação Civil Pública e da Ratificação da Recomendação nº 002/2004, referidas acima.

Também em apenso, a estatística da atuação dos Promotores de Justiça na esfera judicial (Relatório APEP).

No tocante à atuação das Promotorias de Justiça na área extrajudicial, as estatísticas do período objeto deste relatório retiradas do sistema PROEJ MP/SE são as seguintes:

**PROVIDÊNCIAS DECORRENTES
POR ESPECIALIDADE**

Período: 17/11/2010 a 31/12/2010

ESPECIALIDADE	AC	ACP	AI	A. CRI	TAC	EXE	Total
Apur. de Ato Infra. Atrib. à Criança e Adolescente	0	0	0	0	0	0	0
Atuação no Sistema Prisional	0	0	0	0	0	0	0
Controle e Fiscalização do Terceiro Setor	0	0	0	0	0	0	0
Controle Externo da Atividade Policial	0	1	0	0	0	0	1
Defesa do Consumidor	0	1	0	0	0	0	1
Defesa do Meio Ambiente	1	5	0	0	0	0	6
Defesa do Patrimônio Público	3	3	2	2	1	2	13
Defesa do Patrimônio Social e Cultural	0	0	0	0	1	1	2
Defesa do Urbanismo	0	3	0	0	0	0	3
Direitos à Educação	0	1	1	0	0	0	2
Direitos à Saúde	0	10	0	0	0	0	10
Direitos das Pessoas com Deficiência	1	2	0	0	0	0	3
Direitos do Idoso	0	1	0	0	0	0	1
Direitos dos Acidentados do Trabalho	0	0	0	0	0	0	0
Direitos Humanos em Geral	0	1	0	0	0	0	1
Direitos Inerentes à Criança e Adolescente	0	10	0	3	3	10	26
Outras	0	0	0	0	0	0	0
Previdência Pública	0	0	0	0	0	0	0
Proteção aos direitos da Mulher	0	0	0	0	0	0	0
Questões Agrárias	0	0	0	0	0	0	0
Serviços de Relevância Pública	0	0	0	4	1	0	5
Total	5	38	3	9	6	13	74

Legenda:

AC - Ações Cautelares.	A. CRI - Ações Criminais.
ACP - Ações Cíveis Públicas.	TAC - Termos de Ajustamento de Conduta.
AI - Ações de Improbidade.	EXE - Ações de Execução.

7.1 ATIVIDADE DE APOIO ÀS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA (NÚCLEO DE SERVIÇO SOCIAL)

O Núcleo de Serviço Social vem auxiliando diversas Promotorias de Justiça, exercendo atividades diretamente com a população, subsidiando, assim, com dados concretos a linha de ação adotada pelo Ministério Público, conforme quadro abaixo, referente ao período de 17/11/2010 a 31/12/2010:

Nº	ATIVIDADES	Novembro/2010	Dezembro/2010	TOTAL
1	Articulação interinstitucional	-	-	-
2	Atendimento individual/ Orient. Social	-	6	6
3	Atendimento Idosos	-	-	-
4	Atendimento Necessidades Especiais	-	-	-
5	Atendimento Drogaditos	1	-	1
6	Elaboração/Execução de Projeto	1	-	1
7	Elaboração de Doc. Oficial	6	4	10
8	Elaboração de Relatório	7	8	15
9	Encaminhamento de Providências a Indivíduos e Grupos	1	-	1
10	Org. e participação de Eventos / Palestras	4	4	8
11	Part. em Cursos, Seminários, etc.	4	-	4
12	Part. em Audiência	2	-	2
13	Pesquisas / Levantamentos	5	1	6
14	Planejamento de Atividades	3	1	4
15	Reunião	6	3	9
16	Supervisão / Orientação de Estágio	1	-	1
17	Visita Domiciliar	12	12	24
18	Visita Institucional	1	1	2
19	Monitoramento/Atividades nos Projetos do B. Santa Maria	8	2	10
20	Assessoria – Promotoria da Infância e Adolescência	9	8	17
TOTAL		71	50	121

Seção II - ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

1. SECRETARIA-GERAL DA PGJ

No aludido espaço de tempo, a Secretaria-Geral procurou manter e aperfeiçoar as rotinas administrativas já sedimentadas, com destaque para as seguintes atividades:

- Elaboração e divulgação da escala de férias com **06 (seis)** meses de antecedência;
- Regularização da escala de férias de todos os Promotores (as) de Justiça, evitando a prescrição;

- Divulgação da escala anual de plantões, com distribuição equitativa entre todos os Promotores (as) de Justiça;
- Divulgação da escala de plantão dos Promotores (as) de Justiça, para os dias úteis, com antecedência de um ano;
- Contatos semanais com todos os Promotores (as) de Justiça plantonistas, a fim de lembrá-los (as) do compromisso;
- Organização dos arquivos do Conselho Superior do Ministério Público, com solução para todos os Procedimentos pendentes, seja através do encaminhamento para o setor responsável, seja através da devolução para as Promotorias de origem;
- Unificação do controle dos Processos do Conselho Superior do Ministério Público;
- Divulgação, via e-mail, de todos os atos administrativos (Pautas do Conselho Superior do Ministério Público, Atas das reuniões do Conselho Superior do Ministério Público, Editais de Remoção e Promoção, Escalas de Plantão, Escalas de Férias, Resoluções, Tabelas de Antiguidade de Entrâncias e Tabelas de Antiguidade relativa ao exercício de função Eleitoral);
- Aprimoramento de rotinas administrativas entre a Secretaria-Geral e as Coordenadorias de Administração, de Informática, de Recursos Humanos e de Finanças;
- Implementação das atividades da Comissão de Controle Interno, através do monitoramento e acompanhamento dos gastos do almoxarifado e das copas do Ministério Público, além de despesas com combustível e peças de veículos;
- Implementação do uso de e-mails oficiais por todas as unidades do Ministério Público, como forma de agilizar o trânsito das informações e de economizar quantias gastas com AR e SEDEX;
- Otimização dos serviços do setor de comunicação e eventos, com aprimoramento do formulário de requisição via internet;
- Aprimoramento do formulário específico para solicitação de materiais ao Almoxarifado, via Internet;
- Manutenção e melhoria de mecanismos rigorosos relativos ao Controle de Ponto dos Servidores dos Serviços Auxiliares do Ministério Público, bem como da permanência dos mesmos nos postos de trabalho;

1.1. DIVISÃO DE CONTROLE INTERNO

A Divisão de Controle Interno tem por finalidade a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncias de receitas.

Foram analisados no período em questão:

Procedimentos Licitatórios		Suprimentos de Fundos
Cartas Convites	4	Não houve movimento no período sob apuração
Pregão Presencial	3	
Dispensa de Licitação	2	
Inexigibilidade de Licitação	1	

2. DIRETORIAS E COORDENADORIAS

2.1. DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

A Diretoria de Recursos Humanos da PGJ/MP, durante o período de **17.11.2010 a 31.12.2010**, além das atividades obrigatórias que lhe são próprias, desenvolveu outras atribuições especiais consideradas relevantes no auxílio à Gestão deste órgão Ministerial, como abaixo discriminadas:

I Em relação à Folha de Pagamento de Membros e Servidores Inativos da PGJ/MP e vinculação com o SERGIPEPREVIDÊNCIA

PAE (Parcela Autônoma de Equivalência) - realizados estudos e reuniões sob o comando da administração superior, o Governador do Estado, acatando pleito do Ministério Público, Tribunal de Contas e Poder Judiciário, autorizou o pagamento do PAE no valor mensal de R\$ 467.000,00 (quatrocentos e sessenta e sete mil reais), garantindo o pagamento dos 4 (quatro) anos do governo atual, sendo que, em dezembro de 2010, foi efetuado o pagamento em Folha Suplementar de exercícios anteriores da primeira parcela;

Mantendo o protocolo de intenções com o **Governo do Estado/Conselho Estadual de Previdência Social/SERGIPEPREVIDÊNCIA**, o Ministério Público elaborou nos meses de novembro e dezembro a Folha de Pagamento de Membros e Servidores Inativos, cabendo ao **SERGIPEPREVIDÊNCIA**, o empenho das despesas e pagamento da mesma;

Em função do convênio celebrado entre o **Ministério Público/UNIMED/SERGIPEPREVIDÊNCIA**, continuamos consignando mensalidades dos usuários, Membros e Servidores Inativos, da **UNIMED**, na Folha de Pagamento da **PGJ/MP-SERGIPEPREVIDÊNCIA**, sendo que se encontra em estudo o

desmembramento definitivo da fatura de inativos, devido os pagamentos consignados em Folhas serem efetuados com o CGC do **SERGIPEPREVIDÊNCIA**, e a fatura em nome do Ministério Público.

I Em relação à Folha de Pagamento de Membros e Servidores Ativos e Inativos da PGJ/MP e a vinculação com o MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL em referência à Previdência Estadual

Preenchimento da Planilha de Custos do RPPS/SE, de Membros e Servidores Ativos e Inativos e envio mensal ao **Ministério da Previdência Social/SERGIPEPREVIDÊNCIA**;

I Em relação à Folha de Pagamento de Membros e Servidores Ativos e Inativos da PGJ/MP

Foram pagas Folhas Suplementares referentes às Indenizações de Gratificações Natalinas de Servidores, diferenças de Abono de Permanência de Membros Ativos e diferença de vantagem pessoal incorporadas de Membros, conforme Quadro de Despesa de Pessoal em anexo;

SISAP: Adequado às alterações decorrentes da Lei Complementar nº 02/90, Lei nº 6.450/08 (cadastramento dos Analistas e Técnicos do Ministério Público), Lei nº 7.103/10 e Lei nº 6.881/10;

Elaboração do Demonstrativo da Despesa de Pessoal realizado durante o **exercício 2010**, conforme Quadro anexo.

I Plano de Cargos e Salários dos Servidores dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe

Alterado o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, através das Lei 6.881/10, de 31 de março de 2010, e 7.103/10, de 23 de dezembro de 2010, sendo que nesta última foram criados 2 (dois) cargos de Técnico do Ministério Público e 4 (quatro) cargos de Analista do Ministério Público, todos na área de Informática, e mais 9 (nove) cargos comissionados de Assesores, Coordenadores e Chefe de Secretaria, objetivando criar novas unidades essenciais ao bom desempenho das atividades operacionais do Ministério Público;

Instrução de Processos de Titulação dos Servidores do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público, de acordo com a Lei nº 6.450/08, analisados pela comissão e homologados pela Procuradora-Geral de Justiça, proporcionando o avanço na carreira do Ministério Público de **33 (trinta e três) servidores (Analista e Técnico do Ministério Público)**;

Foram elaborados **24 (vinte e quatro)** Atos de promoção por titulação refeitas Portarias de Gratificação Especial Operacional - GEO e de Gratificação de Interiorização - GI, e pagas diferenças retroativas à data de protocolo dos requerimentos, e mais **09 (nove)** processos que foram indeferidos.

I Avaliação de Desempenho

Em atendimento às recomendações do Conselho Nacional do Ministério Público foi encaminhada e aprovada pela Assembléia Legislativa e encontra-se em vigor a Lei nº 7.002/10, de 16 de novembro de 2010, que disciplina o procedimento da avaliação de desempenho dos servidores efetivos, em estágio probatório e estável do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe;

O DRH procedeu a avaliação especial de desempenho dos servidores em estágio probatório no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe, em grande maioria conclusa a primeira e segunda etapas, trabalho esse desempenhado pela comissão especial designada pela Portaria nº 1.111/10.

I Admissão dos Analistas e Técnicos do Ministério Público

Neste período não se admitiu Técnicos e Analistas, mas foram cumpridas todas as etapas do processo de admissão em relação à Gestão anterior correspondentes aos seguintes itens: Junta Médica do Estado de Sergipe, Cadastramento, Palestras, Cursos Preparatórios, Lotações, elaboração de Atos de Nomeação, Portarias de Gratificações de Interiorização e Portarias de Gratificação Especial Operacional, posse com Termo e Ofício de assumir e de apresentação, Atos e Portarias publicadas no Diário da Justiça, Diário Oficial e sítio do Ministério Público.

I Aproveitamento e aperfeiçoamento de Recursos Humanos

Da análise mensal dos perfis, servidores e estagiários da PGJ/MP foram relatados, objetivando um melhor desempenho no exercício de suas funções, preenchendo desta forma as unidades com carência de pessoal e eliminando despesas desnecessárias.

I Escala de Férias dos Servidores do Ministério Público do Estado de Sergipe

Divulgação constante da normatização de férias, através da Portaria nº 1.574/06, de 19 de dezembro de 2006 e alterações contida na Portaria nº 1.210/10.

I Normatização de frequência de Servidores e Estagiários da PGJ/MP

A Administração Superior decidiu diante da Portaria nº 2.565/2010, de 26 de novembro de 2010, dispensar do registro de ponto os Analistas do Ministério Público (Especialidade Direito), lotados na Promotorias de Justiça do Interior do Estado;

Atualização dos Sistemas de Controle de Frequência manual de Servidores e Estagiários que registram ponto manualmente e apuração do ponto no dia 05 (cinco) de cada mês;

Cadastramento do Ponto Eletrônico dos novos servidores e de locais onde estão sendo instalados pontos eletrônicos;

Realizadas reuniões com o Procurador-Geral de Justiça para discussão da implantação do banco de horas e do turno corrido, sendo instituído comissões através das Portaria nº 2.455/10, de 17 de novembro de 2010 e 2.569/10, de 29 de novembro de 2010, respectivamente.

I Estagiários de Nível Superior (Direito e Outros Cursos) e de Nível Médio

Celebração do Acordo de Cooperação entre o Ministério Público do Estado de Sergipe e a Secretaria Municipal de Educação de Aracaju, por prazo indeterminado, a partir de 18 de novembro de 2010.

I Processos Administrativos

Foram instruídos todos os processos administrativos tramitados neste exercício, deferidos e homologados pela autoridade superior, referentes a Membros e servidores em relação a: licença-prêmio (o direito, o gozo e a majoração), abono de permanência, férias (oriundas de transferência, permuta, suspensão, escala de sorteio, requerimentos de períodos anteriores), indenizações: de férias e de licença-prêmio, relotações, final de lista e prorrogações, licenças diversas: médicas, casamento, falecimento, averbação de tempo de serviço e demais correlatos.

I Atendimento ao Conselho Nacional do Ministério Público

Publicação de Atos, Portarias, Quadros de Controles de Pessoal e demais Atos relacionados a Folha de Pagamento e a de desenvolvimento de pessoal no Portal da Transparência e sítio do Ministério Público, além de publicadas no Diário Oficial e Diário da Justiça.

Atualização do Portal da Transparência

I Desenvolvimento de Pessoal

Revisão das ocorrências funcionais de membros e servidores;
Automatização das certidões de contribuição de membros e servidores;
Elaboração do Manual de Certidão de Tempo de Contribuição;
Realização de mutirões no RH para atualização cadastral de Membros e servidores;
Processos de relotação de Analistas e Técnicos do Ministério Público: foram realizados 7 (sete) processos via site do Ministério Público;

Portal da Transparência atualizado mensalmente os dados;

Portal do Servidor incluso novos serviços à disposição de Membros, servidores e estagiários.

I Concurso Público de Membros e de Servidores do Ministério Público

Orientação aos 11 (onze) novos Promotores de Justiça sobre as normas de controle de pessoal, agilizando processos administrativos e viabilizando carteira funcional e demais necessidades;

Quanto ao concurso público de servidores relacionado ao Edital nº 01/2010, foram traçadas metas para convocação, a partir de janeiro de 2011.

I Estrutura Organizacional

Foi criado o Núcleo Especial de Acompanhamento das Obras de Construção da Nova Sede do Ministério Público do Estado de Sergipe, através de Portaria 2.481/10, de 17 de novembro de 2010.

2.2. DIRETORIA DE INFORMÁTICA

No período objeto deste Relatório, a Diretoria de Informática registrou de expressão as seguintes atividades:

- Migração dos VMware servers para versão 4.1 VMsphere ESXI, oferecendo um nível maior de segurança e compatibilidade para os serviços da Instituição, que dependem da virtualização de servidores.
- Implantação da nova ferramenta antivírus baseada no produto Kaspersky, aumentando a confiabilidade da rede de computadores e permitindo a utilização de software de antivírus com controle centralizado, nas estações do Ministério Público que estão hospedadas na rede do Tribunal de Justiça de Sergipe.

2.3. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO, EVENTOS E CERIMONIAL

Tendo em vista os diversos eventos que ocorrem ordinariamente, em virtude dos vários compromissos inerentes ao caráter público das atividades exercidas por este Órgão, a Coordenadoria de Comunicação, Eventos e Cerimonial está constantemente realizando a preparação dos mais variados tipos de encontros, assim como cuidando da divulgação dos mesmos.

Entre as ações realizadas no período em análise, pode-se citar:

Dia 17/11 – Solenidade de posse de Dr. Orlando Rochadel Moreira como Procurador-Geral de Justiça

O setor fez a divulgação interna (matéria no site), bem como divulgação externa em todos os veículos de comunicação disponíveis. Foi feita cobertura fotográfica, organização de toda parte do cerimonial, além da decoração da Sala do Colégio de Procuradores.

- **Dia 17/11 – Solenidade de posse dos novos Promotores de Justiça Substitutos**
Divulgação interna e externa, fotografia e cerimonial.
- **Dia 19/11 – Posse pública do Procurador-Geral de Justiça no auditório do MP**
Divulgação interna e externa – toda a mídia – cobertura fotográfica, cerimonial, organização do “buffet” e do evento social realizado em Salão de Festas da Cidade.
- **Dia 19/11 – Pós-Censo Social de Santana do São Francisco**
Divulgação.
- **Dia 24/11 – Reunião do Procurador-Geral com representantes do TJ, TCE e Secretário de Estado da Fazenda**
Divulgação e fotografia.
- **Dia 24/11 – 1ª Sessão do Procurador-Geral de Justiça no Tribunal Pleno do TJ/SE**
Divulgação e fotografia.
- **Dia 25/11 – Governador em Exercício visita o Procurador-Geral de Justiça**
Divulgação e fotografia
- **Dia 26/11 – Evento no NAIA – Crianças vão ao Teatro Tobias Barreto – Peça “O Rei Leão”**
Divulgação e fotografia.
- **Dia 26/11 – Provas de Seleção de estagiários do nível médio**
Divulgação e fotografia.
- **Dia 29/11 – Evento “Compreendendo a Rede de Saúde de Atendimento à Violência contra a Mulher”**
Divulgação e fotografia.
- **Dia 01/12 – Procurador-Geral do Estado visita o Procurador-Geral de Justiça**
Divulgação e fotografia.
- **Dia 02/12 – Comando da Polícia Militar visita o Procurador-Geral de Justiça**
Divulgação e fotografia.
- **Dia 02/12 – Festa “Árvore da Solidariedade” evento do NAIA**
Divulgação e fotografia.

- **Dia 03/12 – Eleição para o Conselho Superior do MP**

Divulgação e fotografia.

- **Dia 03/12 – Lançamento do “Programa de Proteção e Promoção da Criança e Adolescente”**

- **PDCA na Barra dos Coqueiros**

Divulgação interna e externa e fotografia.

- **Dia 07/12 – Eleição do Corregedor, Ouvidor e Coordenador Geral do MP**

Divulgação e fotografia.

- **Dia 09/12 – Visita do Procurador-Geral de Justiça à Assembléia Legislativa**

Divulgação e fotografia.

- **Dia 14/12 – Evento de Comemoração do Dia Nacional do MP e Confraternização Natalina**

Divulgação, fotografia, cerimonial, organização do “buffet” e do “amigo oculto do MP”.

- **Dia 16/12 – Posse do Corregedor, Ouvidor e Coordenador Geral do MP**

Divulgação e fotografia.

2.4. COORDENAÇÃO DE EVOLUÇÃO HUMANA, ÉTICA E ESPIRITUALIDADE

Foi criada, através da Lei Estadual nº 7.103/10, de 23 de dezembro de 2010, a Coordenação de Evolução Humana, Ética e Espiritualidade com o objetivo de elaborar e executar Projetos direcionados à valorização do espírito de humanidade dos Membros e Servidores do Ministério Público.

Considerando que a criação dessa área se deu no final do ano de 2010, as suas atividades somente tiveram início no ano de 2011, motivo pelo qual os resultados do trabalho desenvolvido serão relatados oportunamente no próximo relatório anual.

3. ASSESSORIAS

3.1 ASSESSORIA DE ENGENHARIA E PERÍCIAS TÉCNICAS

Esta assessoria é dividida em duas comissões, com vistas a especializar o trabalho, quais sejam a Comissão de Perícias de Engenharia e a Comissão de Análise Contábil.

No tocante às estatísticas do serviço desempenhado por cada Comissão entre os dias 17/11/2010 e 31/12/2010, são apresentados os quadros abaixo:

1.1.1 Comissão de Perícias de Engenharia

DIVISÃO DE ENGENHARIA E PERÍCIA			
Recebidos	Analizados	Pendentes	% Realizado
181	12	169	6,63

Obs.: O número considerado de solicitações de serviços recebidas pela Divisão de Engenharia e Perícias Técnicas na tabela acima refere-se a 41 geradas no período de 17 de novembro a 31 de dezembro de 2010 com 140 pendentes da gestão anterior. Ressalte-se que o percentual de perícias decresceu no período, em razão do grande esforço do setor no sentido de favorecer a conclusão da obra da Nova Sede, tendo participado de diversas reuniões e promovido fiscalizações constantemente para averiguação dos trabalhos realizados.

A Divisão de Engenharia participou ativamente da Comissão de Acompanhamento da Obra da Nova Sede do MP, da reforma e ampliação da Sede do MP de Itabaiana e de reformas realizadas em outras unidades do interior.

1.1.2 Comissão de Análise Contábil

A Comissão de Análises de Documentos Contábeis foi criada em 2007 para apoiar os trabalhos das Promotorias do Interior, do Patrimônio Público e da recém criada Promotoria Especializada do Terceiro Setor.

No quadro abaixo o resumo das atividades registradas pela Comissão no início da gestão do Dr. Orlando Rochadel, em 2010:

Origem	2010-2		
	Recebidos	Concluídos	Em Análise
Promotoria Especializada do 3º Setor	15	1	14
Demais Promotorias	8	3	5
Administração do MP	2	2	0
TOTAL	25	6	19

Entre os processos analisados em 2010-2, pode-se citar:

PROMOTORIA DO TERCEIRO SETOR – 15 processos,

Dessa Promotoria advém o maior número de demandas remetidas ao Núcleo de Perícia, que tem examinado documentos contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultado, Variações do Patrimônio), Extratos Bancários, Convênios Firmados, Prestações de Contas, e outros documentos, para verificar a situação econômico-financeira de entidades sem fins lucrativos.

DEMAIS PROMOTORIAS – 8 Processos,

Foram analisados ainda diversos processos oriundos das demais Promotorias, versando acerca de licitações, contratos, folha de pessoal, cálculos jurídicos etc:

- Cálculo Jurídico de Multas por danos ao Meio Ambiente;
- Ação de Improbidade Administrativa ocorrida na Prefeitura de Pacatuba;
- Violação de normas trabalhistas acerca do pagamento de adicional noturno a guardas municipais da Cidade de Nossa Senhora do Socorro;
- Questionamentos acerca de irregularidades ocorridas em concorrência Pública do Município de Japaratuba;
- Questionamentos acerca de irregularidades ocorridas em festas populares no Município de Japaratuba.

DEMANDAS DA ADMINSTRAÇÃO DO MP

- Discussão, análise e atualização de auxílio-funeral;
- Revisões de reajustamento de valores do contrato com a Empresa Celi (Empresa Responsável pela construção da Nova Sede do MPSE).

3.2 ASSESSORIA JURÍDICA

Seguindo a mesma metodologia utilizada na gestão anterior, a Assessoria Jurídica continuou nas suas atividades de análise de contratos, processos de licitação, entre outros destacados a seguir:

DOCUMENTOS / PARECERES	17/11/2010 a 31/12/2010
Contratos	5
Ata de Registro de Preços	0
Termos de Depósito Voluntário	0
Termo de Cooperação Técnica	0
Termos Aditivos	7
Pareceres de Termos Aditivos	7
Extratos e Publicações	13
Justificativas Jurídicas de Termos Aditivos	7
Justificativas de Dispensa e Inexigibilidade	2
Pareceres de análise de editais de licitação	4
Pareceres Finais de Procedimento de Licitação	9
Pareceres sobre adesão de Registro de Preços	2
Pareceres de Minutas de Contrato	3
Pareceres sobre consultas formuladas	1
Pareceres de procedimentos administrativos	13
Rescisões Contratuais	0
Termo de Cessão de Uso	0
Sindicância	0
Inquéritos Administrativos	0
TOTAL GERAL DE MANIFESTAÇÕES	73

POLÍTICAS ESTRATÉGICAS

Com o início da gestão do novo Procurador-Geral de Justiça, em 17/11/2010, foi dado prosseguimento aos preparativos para consecução dos objetivos traçados no até então recém-lançado Plano Estratégico Plurianual de Ação do Ministério Público do Estado de Sergipe 2011/2015, cujos resultados serão oportunamente divulgados nos relatórios subseqüentes.

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

EQUIPAMENTOS	
Objeto	17/11 A 31/12/2010
Mobiliário, Equipamentos e Eletro-eletrônicos (Ar Condicionados, Longarinas, Mesas Cadeiras, etc)	R\$ 1.477,48
Equipamentos de Informática	R\$ 0,00
Livros	R\$ 103,30
TOTAL	R\$ 1.580,78

OBRAS E ENGENHARIA E ALGUNS SERVIÇOS DO GENERO	
Objeto	17/11 A 31/12/2010
Construção da nova sede do Ministério Público em Aracaju	R\$ 5.294.719,47
Construção de estacionamento da nova sede do Ministério Público em Aracaju	R\$ 0,00
Aluguel de Geradores	R\$ 2.700,00
Serviços de Topografia da área do novo Prédio/Projetos	R\$ 25.979,77
Projeto Elétrico	R\$ 0,00
Terraplanagem	R\$ 0,00
Aquisição e serviços de Instalação da Central de Ar Condicionados	R\$ 568.318,06
Aquisição e serviços de instalação dos Geradores	R\$ 0,00
Aquisição e serviços de Instalação dos seis ELEVADORES	R\$ 303.000,04
Fiscalização (CEHOP)	R\$ 80.000,00
Serviços de Esgotamento Sanitário	R\$ 43.522,80
TOTAL	R\$ 6.318.240,14

REFORMA DO PRÉDIO DE ITABAIANA

Objeto	17/11 A 31/12/2010
Reforma do Prédio de Itabaiana.	R\$ 81.283,17
TOTAL	R\$ 81.283,17

MATERIAL DE CONSUMO

Objeto	17/11 A 31/12/2010
Fardamento – Servidores, estagiários e Censo Escolar	R\$ 7.830,00
Suprimentos de Informática	R\$ 12.664,10
Combustíveis (estimativa do Contrato)	R\$ 38.130,92
Diversos (Gráfico, Copa, Cozinha, Limpeza e Conservação, Material de Expediente, Material Elétrico e de Construção, Peças e Pneus para veículos, etc.	R\$ 95.163,14
TOTAL	R\$ 153.788,16

SERVIÇOS	
Objeto	17/11 A 31/12/2010
Água/Esgoto	R\$ 11.432,74
Passagens	R\$ 14.094,61
Locação de Imóveis (c/IPTU)	R\$ 142,15
Contratação de estagiários (com seguro e vale transporte)	R\$ 134.190,56
Serviço de Limpeza – Multiserv	R\$ 242.118,46
Hospedagem	R\$ 0,00
Fornecimento de energia elétrica	R\$ 67.456,02
Telefonia (móvel e fixa)/Internet	R\$ 18.100,04
Publicação oficial (segrase) (*)	R\$ 0,00
Correspondência (*)	R\$ 29.411,96
Manutenção de Elevadores	R\$ 3.600,00
Vale Transporte	R\$ 7.980,00
Tribunal de Justiça (manifestações no software)	R\$ 14.211,30
Manutenção em Veículos	R\$ 655,02
Diárias	R\$ 16.103,00
Aluguel de Maquinas de Xerox	R\$ 3.760,00
Manutenção de Software (CRH, Almix e pat. Móvel)	R\$ 30.571,31
Serviços de Filmagem	R\$ 6.600,00
Seguros de Veículos	R\$ 0,00
Alimentação preparada (plantão)	R\$ 10.357,80
Auxílio – Funeral	R\$ 0,00
Despesas com Concursos	R\$ 0,00
Implantação do Coral	R\$ 2.200,00
INSS	R\$ 2.271,35
Indenizações	R\$ 0,00
Cursos e Trinamentos	R\$ 21.366,24
IPTU/Escrituras	R\$ 0,00
Licenciamento de Veículos	R\$ 0,00
Manutenção e Serviços Diversos	R\$ 648,00
Pesquisa Documental	R\$ 6.000,00
Planejamento Estratégico	R\$ 1.600,00
Serviços Gráficos	R\$ 11.347,00
Treinamento Servidores	R\$ 46.750,24
TOTAL	R\$ 702.967,80

PESSOAL	
Objeto	17/11 A 31/12/2010
Ativos (Vencimentos + indenizações + Ressarcimento)	R\$ 23.667.185,40
Inativos	R\$ 0,00
Patronal (ativos e inativos) e IPES SAÚDE	R\$ 2.983.661,35
ATS	R\$ 0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 457.324,71
Requisições Indenizações	R\$ 194.669,31
TOTAL	R\$ 27.302.840,77

CONCLUSÃO

Apesar do pequeno período em foco, que compreendeu o início da gestão do atual Procurador-Geral de Justiça em 2010 – de 17.11 a 31.12 – esta Administração Superior, atenta ao princípio da publicidade, registra neste Relatório Complementar, ora disponibilizado aos membros da Instituição, aos órgãos fiscalizadores e ao público em geral, um resumo das informações relativas aos recursos utilizados pelo Ministério Público do Estado de Sergipe, bem como das principais atividades realizadas por esta Instituição.

Todos os documentos, arquivos ou bancos de dados que instruíram a confecção do Relatório encontram-se nos setores competentes do Ministério Público e/ou na Assessoria de Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil, à disposição dos interessados para consulta.

São também partes integrantes deste Relatório diversos anexos, mencionados ao longo de seu texto, os quais contém várias informações detalhadas acerca de quadros estatísticos, bem como a íntegra de alguns documentos importantes.

Com base em tais considerações, a atual Gestão do Ministério Público reafirma o seu compromisso em cumprir todas as metas elaboradas até então, assim como traçar novos objetivos, de acordo com as circunstâncias e necessidades que venham a surgir no decorrer deste mandato.

ANEXOS



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ÁREA - Criminal

Ano: 2010

Mês: Novembro

Processos Criminais no 1º Grau

Recebidos ou Instaurados pelo MP no Mês

Crimes Contra a Vida	781
Crimes Contra a Administração Pública	47
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	1
Crimes Contra a Ordem Tributária	6
Crimes de Tortura	1
Crimes Contra o Meio Ambiente	29
Crimes Contra o Consumidor	1
Outros Crimes	1412
Crimes Contra o patrimônio	1328
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	173
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	289
Crimes de Trânsito	247

Passam para o Mês Seguinte Sem Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	132
-----------	-----

Passam para o Mês Seguinte Com Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	21
-----------	----

Arquivados

Pela Extinção de Punibilidade - Pela Prescrição	27
Pela Extinção de Punibilidade - Pela Decadência	8
Pela Extinção de Punibilidade - Por Outras Causas	130
Por Desconhecimento de Autoria	19
Por Outras Causas	77

Total de Manifestações

Crimes Contra a Vida	755
Crimes Contra a Administração Pública	53
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	1



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Crimes Contra a Ordem Tributária	4
Crimes de Tortura	1
Crimes Contra o Meio Ambiente	24
Crimes Contra o Consumidor	1
Outros Crimes	1546
Crimes Contra o patrimônio	1370
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	230
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	406
Crimes de Trânsito	310

Processos Criminais no 2º Grau

Recebidos ou Instaurados pelo MP no Mês

Crimes Contra a Vida	54
Crimes Contra a Administração Pública	10
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	14
Crimes Contra a Ordem Tributária	4
Crimes de Tortura	4
Crimes Contra o Meio Ambiente	6
Crimes Contra o Consumidor	5
Outros Crimes	143
Crimes Contra o patrimônio	104
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	12
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	66
Crimes de Trânsito	12

Passam para o Mês Seguinte Sem Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	9
-----------	---

Passam para o Mês Seguinte Com Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	0
-----------	---

Arquivados

Pela Extinção de Punibilidade - Pela Prescrição	6
Pela Extinção de Punibilidade - Pela Decadência	3
Pela Extinção de Punibilidade - Por Outras Causas	8
Por Desconhecimento de Autoria	2



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Por Outras Causas	6
-------------------	---

Total de Manifestações

Crimes Contra a Vida	55
Crimes Contra a Administração Pública	10
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	14
Crimes Contra a Ordem Tributária	4
Crimes de Tortura	4
Crimes Contra o Meio Ambiente	6
Crimes Contra o Consumidor	5
Outros Crimes	137
Crimes Contra o patrimônio	102
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	12
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	66
Crimes de Trânsito	12

Processos Criminais no Órgão do MP que atua perante Tribunais Superiores

Recebidos ou Instaurados pelo MP no Mês

Crimes Contra a Vida	2
Crimes Contra a Administração Pública	3
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	1
Crimes Contra a Ordem Tributária	0
Crimes de Tortura	0
Crimes Contra o Meio Ambiente	0
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	0
Crimes Contra o patrimônio	4
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	0
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	5
Crimes de Trânsito	0

Passam para o Mês Seguinte Sem Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	0
-----------	---

Passam para o Mês Seguinte Com Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	0
-----------	---



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Arquivados

Pela Extinção de Punibilidade - Pela Prescrição	0
Pela Extinção de Punibilidade - Pela Decadência	0
Pela Extinção de Punibilidade - Por Outras Causas	0
Por Desconhecimento de Autoria	0
Por Outras Causas	0

Total de Manifestações

Crimes Contra a Vida	2
Crimes Contra a Administração Pública	3
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	1
Crimes Contra a Ordem Tributária	0
Crimes de Tortura	0
Crimes Contra o Meio Ambiente	0
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	0
Crimes Contra o patrimônio	4
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	0
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	5
Crimes de Trânsito	0

Suspensões Condicionais do Processo Efetivadas (Em Qualquer Grau de Jurisdição)

Suspensões Condicionais do Processo Efetivadas (Em Qualquer Grau de Jurisdição)

Crimes Contra a Administração Pública	0
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	0
Crimes Contra a Ordem Tributária	0
Crimes Contra o Meio Ambiente	0
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	29
Crimes Contra o patrimônio	6
Crimes de Trânsito	9

Julgamentos



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Condenação Conforme Pedido do MP de 1º Grau

Crimes Contra a Vida	28
Crimes Contra a Administração Pública	4
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	4
Crimes Contra a Ordem Tributária	3
Crimes de Tortura	1
Crimes Contra o Meio Ambiente	2
Crimes Contra o Consumidor	2
Outros Crimes	229
Crimes Contra o patrimônio	74
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	23
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	43
Crimes de Trânsito	27

Absolvição Contrária ao Pedido do MP de 1º Grau

Crimes Contra a Vida	19
Crimes Contra a Administração Pública	4
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	3
Crimes Contra a Ordem Tributária	1
Crimes de Tortura	1
Crimes Contra o Meio Ambiente	0
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	35
Crimes Contra o patrimônio	38
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	2
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	18
Crimes de Trânsito	3

Condenação Conforme Pedido do MP de 2º Grau

Crimes Contra a Vida	16
Crimes Contra a Administração Pública	3
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	1
Crimes Contra a Ordem Tributária	2
Crimes de Tortura	2
Crimes Contra o Meio Ambiente	1



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Crimes Contra o Consumidor	1
Outros Crimes	54
Crimes Contra o patrimônio	31
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	4
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	12
Crimes de Trânsito	3

Absolvição Contrária ao Pedido do MP de 2º Grau

Crimes Contra a Vida	10
Crimes Contra a Administração Pública	2
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	4
Crimes Contra a Ordem Tributária	0
Crimes de Tortura	1
Crimes Contra o Meio Ambiente	1
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	48
Crimes Contra o patrimônio	20
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	2
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	13
Crimes de Trânsito	2

Condenação Conforme Pedido do MP que Atua Perante Tribunal Superior

Crimes Contra a Vida	1
Crimes Contra a Administração Pública	1
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	2
Crimes Contra a Ordem Tributária	0
Crimes de Tortura	2
Crimes Contra o Meio Ambiente	0
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	0
Crimes Contra o patrimônio	2
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	0
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	3
Crimes de Trânsito	0

Absolvição Contrária ao Pedido do MP que Atua Perante Tribunal Superior



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Crimes Contra a Vida	1
Crimes Contra a Administração Pública	3
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	2
Crimes Contra a Ordem Tributária	0
Crimes de Tortura	0
Crimes Contra o Meio Ambiente	0
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	0
Crimes Contra o patrimônio	2
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	0
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	1
Crimes de Trânsito	2

Atos de Controle Externo da Atividade Policial

Denúncias Oferecidas no Mês

Ocorreram	0
-----------	---

Visitas a Estabelecimentos Prisionais

Ocorreram	9
-----------	---

Procedimentos Investigativos Instaurados

Ocorreram	0
-----------	---

Recomendações Expedidas

Ocorreram	0
-----------	---

Ações Penais Julgadas Procedentes

Ocorreram	0
-----------	---

Ações Penais Julgadas Improcedentes

Ocorreram	0
-----------	---

Inquéritos Policiais/Notícias Criminais

Passam para o Mês Seguinte Sem Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	244
-----------	-----

Passam para o Mês Seguinte Com Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	62
-----------	----



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Transações Penais Efetivadas no Mês

Crimes Contra a Vida	0
Crimes Contra a Administração Pública	0
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	0
Crimes Contra a Ordem Tributária	0
Crimes de Tortura	0
Crimes Contra o Meio Ambiente	0
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	12
Crimes Contra o patrimônio	8
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	0
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	0
Crimes de Trânsito	12

Denúncias Oferecidas no Mês

Crimes Contra a Vida	88
Crimes Contra a Administração Pública	5
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	0
Crimes Contra a Ordem Tributária	0
Crimes de Tortura	0
Crimes Contra o Meio Ambiente	3
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	119
Crimes Contra o patrimônio	185
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	35
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	57
Crimes de Trânsito	58

Baixado à Origem para Realização de Diligência

Crimes Contra a Vida	46
Crimes Contra a Administração Pública	8
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	0
Crimes Contra a Ordem Tributária	3
Crimes de Tortura	0
Crimes Contra o Meio Ambiente	4



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	78
Crimes Contra o patrimônio	74
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	40
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	2
Crimes de Trânsito	0

Arquivados

Pela Extinção de Punibilidade - Pela Prescrição	8
Pela Extinção de Punibilidade - Pela Decadência	8
Pela Extinção de Punibilidade - Por Outras Causas	67
Por Desconhecimento de Autoria	110
Por Outras Causas	179

Recebidos ou Requisitados pelo MP no Mês

Crimes Contra a Vida	150
Crimes Contra a Administração Pública	6
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	0
Crimes Contra a Ordem Tributária	7
Crimes de Tortura	1
Crimes Contra o Meio Ambiente	3
Crimes Contra o Consumidor	1
Outros Crimes	456
Crimes Contra o patrimônio	278
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	168
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	26
Crimes de Trânsito	40

Termos Circunstanciados

Passam para o Mês Seguinte Sem Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	20
-----------	----

Passam para o Mês Seguinte Com Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	4
-----------	---

Transações Penais Efetivadas no Mês

Crimes Contra a Administração Pública	1
---------------------------------------	---



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Crimes Contra o Meio Ambiente	2
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	275
Crimes Contra o patrimônio	9
Crimes de Trânsito	17

Denúncias Oferecidas no Mês

Crimes Contra a Administração Pública	1
Crimes Contra o Meio Ambiente	2
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	42
Crimes Contra o patrimônio	2
Crimes de Trânsito	7

Baixado à Origem para Realização de Diligência

Crimes Contra a Administração Pública	7
Crimes Contra o Meio Ambiente	7
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	144
Crimes Contra o patrimônio	6
Crimes de Trânsito	27

Arquivados

Pela Extinção de Punibilidade - Pela Prescrição	27
Pela Extinção de Punibilidade - Pela Decadência	51
Pela Extinção de Punibilidade - Por Outras Causas	164
Por Desconhecimento de Autoria	0
Por Outras Causas	112

Recebidos ou Requisitados pelo MP no Mês

Crimes Contra a Administração Pública	15
Crimes Contra o Meio Ambiente	18
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	714
Crimes Contra o patrimônio	21
Crimes de Trânsito	83



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ÁREA - Cível

Ano: 2010

Mês: Novembro

Inquéritos Cíveis/Procedimentos Preparatórios

Instaurados

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	37
Meio Ambiente e Urbanismo	45
Saúde	7
Consumidor	0
Outros	104
Educação	4
Portador de Necessidades Especiais	2
Idoso	2
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	0

Arquivados Sem Ajustamento de Conduta

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	27
Meio Ambiente e Urbanismo	31
Saúde	6
Consumidor	0
Outros	19
Educação	9
Portador de Necessidades Especiais	0
Idoso	1
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	0

Arquivados Com Ajustamento de Conduta

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	0
Meio Ambiente e Urbanismo	0
Saúde	4
Consumidor	0



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Outros	1
Educação	0
Portador de Necessidades Especiais	0
Idoso	0
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	0

Ação Civil Ajuizada

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	2
Meio Ambiente e Urbanismo	9
Saúde	9
Consumidor	0
Outros	9
Educação	1
Portador de Necessidades Especiais	2
Idoso	0
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	0

Passam para o Mês Seguinte Sem Prazo de Conclusão Excedido

Ocorreram	560
-----------	-----

Passam para o Mês Seguinte Com Prazo de Conclusão Excedido

Ocorreram	303
-----------	-----

Processos Cíveis no 1º Grau

Recebidos no Mês

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	52
Meio Ambiente e Urbanismo	35
Saúde	22
Consumidor	3
Outros	5472
Educação	8
Portador de Necessidades Especiais	17
Idoso	21
Conflito Agrário	0



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Questão Indígena	0
------------------	---

Passam para o Mês Seguinte Sem Prazo de Conclusão Excedido

Ocorreram	148
-----------	-----

Passam para o Mês Seguinte Com Prazo de Conclusão Excedido

Ocorreram	133
-----------	-----

Total de Manifestações

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	54
Meio Ambiente e Urbanismo	36
Saúde	17
Consumidor	1
Outros	5123
Educação	9
Portador de Necessidades Especiais	13
Idoso	25
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	54

Processos Cíveis no 2º Grau

Recebidos no Mês

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	21
Meio Ambiente e Urbanismo	18
Saúde	14
Consumidor	286
Outros	627
Educação	12
Portador de Necessidades Especiais	7
Idoso	12
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	0

Passam para o Mês Seguinte Sem Prazo de Conclusão Excedido

Ocorreram	82
-----------	----

Passam para o Mês Seguinte Com Prazo de Conclusão Excedido



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ocorreram	0
-----------	---

Total de Manifestações

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	19
Meio Ambiente e Urbanismo	16
Saúde	14
Consumidor	256
Outros	580
Educação	12
Portador de Necessidades Especiais	7
Idoso	12
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	0

Processos Cíveis no Órgão do MP que atua Perante Tribunais

Recebidos no Mês

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	0
Meio Ambiente e Urbanismo	0
Saúde	0
Consumidor	0
Outros	0
Educação	0
Portador de Necessidades Especiais	0
Idoso	0
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	0

Passam para o Mês Seguinte Sem Prazo de Conclusão Excedido

Ocorreram	0
-----------	---

Passam para o Mês Seguinte Com Prazo de Conclusão Excedido

Ocorreram	0
-----------	---

Total de Manifestações

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	0
Meio Ambiente e Urbanismo	0
Saúde	0



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Consumidor	0
Outros	0
Educação	0
Portador de Necessidades Especiais	0
Idoso	0
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	0

Julgamentos

Procedência Conforme Pedido/Parecer do MP de 1º Grau

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	19
Meio Ambiente e Urbanismo	4
Saúde	9
Consumidor	82
Outros	1469
Educação	3
Portador de Necessidades Especiais	4
Idoso	4
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	0

Improcedência Contrária ao Pedido/Parecer do MP de 1º Grau

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	3
Meio Ambiente e Urbanismo	3
Saúde	4
Consumidor	38
Outros	211
Educação	4
Portador de Necessidades Especiais	3
Idoso	2
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	0

Procedência Conforme Pedido/Parecer do MP de 2º Grau

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	9
--	---



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Meio Ambiente e Urbanismo	10
Saúde	6
Consumidor	138
Outros	363
Educação	6
Portador de Necessidades Especiais	3
Idoso	4
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	0

Improcedência Contrária ao Pedido/Parecer do MP de 2º Grau

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	6
Meio Ambiente e Urbanismo	8
Saúde	4
Consumidor	148
Outros	378
Educação	7
Portador de Necessidades Especiais	3
Idoso	6
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	0

Procedência Conforme Pedido/Parecer do MP que Atua Perante Tribunal Superior

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	0
Meio Ambiente e Urbanismo	0
Saúde	0
Consumidor	0
Outros	0
Educação	0
Portador de Necessidades Especiais	0
Idoso	0
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	0

Improcedência Contrária ao Pedido/Parecer do MP que Atua Perante Tribunal Superior

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	0
--	---



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Meio Ambiente e Urbanismo	0
Saúde	0
Consumidor	0
Outros	0
Educação	0
Portador de Necessidades Especiais	0
Idoso	0
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	0

Controle de Constitucionalidade Abstrato

Ações propostas pelo MP

Ocorreram	1
-----------	---

Pareceres

Ocorreram	10
-----------	----

Julgamento em Sede de Controle Abstrato de Constitucionalidade

Procedência Conforme Pedido/Parecer do MP

Ocorreram	0
-----------	---

Procedência Contrária ao Pedido/Parecer do MP

Ocorreram	0
-----------	---

Improcedência Conforme Pedido/Parecer do MP

Ocorreram	0
-----------	---

Improcedência Contrária ao Pedido/Parecer do MP

Ocorreram	0
-----------	---

ÁREA - Infância e Juventude

Ano: 2010

Mês: Novembro

Área dos Atos Infracionais

Passam para o Mês Seguinte Sem Prazo de Manifestação Excedido



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ocorreram	12
-----------	----

Passam para o Mês Seguinte Com Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	4
-----------	---

Boletins de Ocorrências e Outras Notícias de Atos Infracionais Recebidos

Ocorreram	88
-----------	----

Boletins de Ocorrências e Outras Notícias Arquivadas Sem Concessão de Remissão

Ocorreram	12
-----------	----

Representações de Atos Infracionais Oferecidas

Ocorreram	51
-----------	----

Remissões Concedidas pelo MP

Simple	4
Cumulada com Medida Sócio-Educativa - Advertência	8
Cumulada com Medida Sócio-Educativa - Obrigação de Reparar Dano	0
Cumulada com Medida Sócio-Educativa - Prestação de Serviços à Comunidade	7
Cumulada com Medida Sócio-Educativa - Liberdade Assistida	1

Processos Recebidos

No Primeiro Grau

Ocorreram	924
-----------	-----

No Segundo Grau

Ocorreram	0
-----------	---

No Órgão do MP que Atua Perante Tribunais Superiores

Ocorreram	0
-----------	---

Defesa dos Direitos Transindividuais da Área da Infância e Juventude

Inquéritos Cíveis/Procedimentos Preparatórios

Instaurados	24
Arquivados Com Ajustamento de Conduta	10
Arquivados Sem Ajustamento de Conduta	0

Ações Cíveis Ajuizadas

Ação Civil Pública	9
Apuração de Infração Administrativa	0



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Destituição/Suspensão do Poder Familiar	2
Outras	30

Visitas a Unidades de Atendimento Sócio-Educativo

Ocorreram	5
-----------	---

Julgamentos

Na Área dos Atos Infracionais

Representações Julgadas Procedentes	19
Representações Julgadas Parcialmente Procedentes	0
Representações Julgadas Improcedentes	4

Na Área da Defesa Transindividual

Ações Cíveis Julgadas Procedentes	1
Ações Cíveis Julgadas Parcialmente Procedentes	1
Ações Cíveis Julgadas Improcedentes	0

Processos Analisados

No Primeiro Grau

Ocorreram	972
-----------	-----

No Segundo Grau

Ocorreram	0
-----------	---

No Órgão do MP que Atua Perante Tribunais Superiores

Ocorreram	0
-----------	---

ÁREA - Relatórios e Providências Decorrentes de Visitas de Fiscalização

Ano: 2010

Mês: Novembro

Presídios

Visitas

Ocorreram	7
-----------	---

Relatórios Emitidos a Corregedoria

Ocorreram	7
-----------	---



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Outras Providências Adotadas

Ocorreram	4
-----------	---

Delegacias

Visitas

Ocorreram	25
-----------	----

Relatórios Emitidos a Corregedoria

Ocorreram	18
-----------	----

Outras Providências Adotadas

Ocorreram	4
-----------	---

Unidades de Abrigamento de Menores

Visitas

Ocorreram	1
-----------	---

Relatórios Emitidos a Corregedoria

Ocorreram	0
-----------	---

Outras Providências Adotadas

Ocorreram	0
-----------	---

Unidades de Cumprimento de Medida Sócio-Educativa

Visitas

Ocorreram	9
-----------	---

Relatórios Emitidos a Corregedoria

Ocorreram	9
-----------	---

Outras Providências Adotadas

Ocorreram	8
-----------	---



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ÁREA - Criminal

Ano: 2010

Mês: Dezembro

Processos Criminais no 1º Grau

Recebidos ou Instaurados pelo MP no Mês

Crimes Contra a Vida	419
Crimes Contra a Administração Pública	36
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	2
Crimes Contra a Ordem Tributária	0
Crimes de Tortura	1
Crimes Contra o Meio Ambiente	17
Crimes Contra o Consumidor	3
Outros Crimes	974
Crimes Contra o patrimônio	722
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	132
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	159
Crimes de Trânsito	109

Passam para o Mês Seguinte Sem Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	210
-----------	-----

Passam para o Mês Seguinte Com Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	7
-----------	---

Arquivados

Pela Extinção de Punibilidade - Pela Prescrição	12
Pela Extinção de Punibilidade - Pela Decadência	8
Pela Extinção de Punibilidade - Por Outras Causas	97
Por Desconhecimento de Autoria	21
Por Outras Causas	46

Total de Manifestações

Crimes Contra a Vida	407
Crimes Contra a Administração Pública	40
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	0



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Crimes Contra a Ordem Tributária	4
Crimes de Tortura	1
Crimes Contra o Meio Ambiente	17
Crimes Contra o Consumidor	3
Outros Crimes	1168
Crimes Contra o patrimônio	753
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	183
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	220
Crimes de Trânsito	149

Processos Criminais no 2º Grau

Recebidos ou Instaurados pelo MP no Mês

Crimes Contra a Vida	0
Crimes Contra a Administração Pública	0
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	0
Crimes Contra a Ordem Tributária	0
Crimes de Tortura	0
Crimes Contra o Meio Ambiente	0
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	1
Crimes Contra o patrimônio	0
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	0
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	0
Crimes de Trânsito	0

Passam para o Mês Seguinte Sem Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	24
-----------	----

Passam para o Mês Seguinte Com Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	0
-----------	---

Arquivados

Pela Extinção de Punibilidade - Pela Prescrição	0
Pela Extinção de Punibilidade - Pela Decadência	0
Pela Extinção de Punibilidade - Por Outras Causas	0
Por Desconhecimento de Autoria	0



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Por Outras Causas	0
-------------------	---

Total de Manifestações

Crimes Contra a Vida	0
Crimes Contra a Administração Pública	0
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	0
Crimes Contra a Ordem Tributária	0
Crimes de Tortura	0
Crimes Contra o Meio Ambiente	0
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	0
Crimes Contra o patrimônio	0
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	0
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	0
Crimes de Trânsito	0

Processos Criminais no Órgão do MP que atua perante Tribunais Superiores

Recebidos ou Instaurados pelo MP no Mês

Crimes Contra a Vida	0
Crimes Contra a Administração Pública	0
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	0
Crimes Contra a Ordem Tributária	0
Crimes de Tortura	0
Crimes Contra o Meio Ambiente	0
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	0
Crimes Contra o patrimônio	0
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	0
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	0
Crimes de Trânsito	0

Passam para o Mês Seguinte Sem Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	0
-----------	---

Passam para o Mês Seguinte Com Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	0
-----------	---



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Arquivados

Pela Extinção de Punibilidade - Pela Prescrição	0
Pela Extinção de Punibilidade - Pela Decadência	0
Pela Extinção de Punibilidade - Por Outras Causas	0
Por Desconhecimento de Autoria	0
Por Outras Causas	0

Total de Manifestações

Crimes Contra a Vida	0
Crimes Contra a Administração Pública	0
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	0
Crimes Contra a Ordem Tributária	0
Crimes de Tortura	0
Crimes Contra o Meio Ambiente	0
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	0
Crimes Contra o patrimônio	0
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	0
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	0
Crimes de Trânsito	0

Suspensões Condicionais do Processo Efetivadas (Em Qualquer Grau de Jurisdição)

Suspensões Condicionais do Processo Efetivadas (Em Qualquer Grau de Jurisdição)

Crimes Contra a Administração Pública	0
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	0
Crimes Contra a Ordem Tributária	0
Crimes Contra o Meio Ambiente	1
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	11
Crimes Contra o patrimônio	3
Crimes de Trânsito	4

Julgamentos



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Condenação Conforme Pedido do MP de 1º Grau

Crimes Contra a Vida	17
Crimes Contra a Administração Pública	0
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	0
Crimes Contra a Ordem Tributária	0
Crimes de Tortura	1
Crimes Contra o Meio Ambiente	0
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	153
Crimes Contra o patrimônio	35
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	1
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	16
Crimes de Trânsito	12

Absolvição Contrária ao Pedido do MP de 1º Grau

Crimes Contra a Vida	3
Crimes Contra a Administração Pública	0
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	0
Crimes Contra a Ordem Tributária	0
Crimes de Tortura	0
Crimes Contra o Meio Ambiente	0
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	5
Crimes Contra o patrimônio	3
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	1
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	1
Crimes de Trânsito	1

Condenação Conforme Pedido do MP de 2º Grau

Crimes Contra a Vida	0
Crimes Contra a Administração Pública	0
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	0
Crimes Contra a Ordem Tributária	0
Crimes de Tortura	0
Crimes Contra o Meio Ambiente	0



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	0
Crimes Contra o patrimônio	0
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	0
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	0
Crimes de Trânsito	0

Absolução Contrária ao Pedido do MP de 2º Grau

Crimes Contra a Vida	0
Crimes Contra a Administração Pública	0
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	0
Crimes Contra a Ordem Tributária	0
Crimes de Tortura	0
Crimes Contra o Meio Ambiente	0
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	0
Crimes Contra o patrimônio	0
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	0
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	0
Crimes de Trânsito	0

Condenação Conforme Pedido do MP que Atua Perante Tribunal Superior

Crimes Contra a Vida	0
Crimes Contra a Administração Pública	0
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	0
Crimes Contra a Ordem Tributária	0
Crimes de Tortura	0
Crimes Contra o Meio Ambiente	0
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	0
Crimes Contra o patrimônio	0
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	0
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	0
Crimes de Trânsito	0

Absolução Contrária ao Pedido do MP que Atua Perante Tribunal Superior



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Crimes Contra a Vida	0
Crimes Contra a Administração Pública	0
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	0
Crimes Contra a Ordem Tributária	0
Crimes de Tortura	0
Crimes Contra o Meio Ambiente	0
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	0
Crimes Contra o patrimônio	0
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	0
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	0
Crimes de Trânsito	0

Atos de Controle Externo da Atividade Policial

Denúncias Oferecidas no Mês

Ocorreram	8
-----------	---

Visitas a Estabelecimentos Prisionais

Ocorreram	7
-----------	---

Procedimentos Investigativos Instaurados

Ocorreram	1
-----------	---

Recomendações Expedidas

Ocorreram	1
-----------	---

Ações Penais Julgadas Procedentes

Ocorreram	0
-----------	---

Ações Penais Julgadas Improcedentes

Ocorreram	1
-----------	---

Inquéritos Policiais/Notícias Criminais

Passam para o Mês Seguinte Sem Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	332
-----------	-----

Passam para o Mês Seguinte Com Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	99
-----------	----



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Transações Penais Efetivadas no Mês

Crimes Contra a Vida	2
Crimes Contra a Administração Pública	0
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	0
Crimes Contra a Ordem Tributária	0
Crimes de Tortura	0
Crimes Contra o Meio Ambiente	2
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	41
Crimes Contra o patrimônio	10
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	2
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	0
Crimes de Trânsito	10

Denúncias Oferecidas no Mês

Crimes Contra a Vida	44
Crimes Contra a Administração Pública	1
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	0
Crimes Contra a Ordem Tributária	2
Crimes de Tortura	0
Crimes Contra o Meio Ambiente	3
Crimes Contra o Consumidor	2
Outros Crimes	132
Crimes Contra o patrimônio	102
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	39
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	34
Crimes de Trânsito	36

Baixado à Origem para Realização de Diligência

Crimes Contra a Vida	23
Crimes Contra a Administração Pública	2
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	0
Crimes Contra a Ordem Tributária	0
Crimes de Tortura	0
Crimes Contra o Meio Ambiente	0



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	111
Crimes Contra o patrimônio	30
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	24
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	7
Crimes de Trânsito	11

Arquivados

Pela Extinção de Punibilidade - Pela Prescrição	10
Pela Extinção de Punibilidade - Pela Decadência	19
Pela Extinção de Punibilidade - Por Outras Causas	37
Por Desconhecimento de Autoria	82
Por Outras Causas	84

Recebidos ou Requisitados pelo MP no Mês

Crimes Contra a Vida	89
Crimes Contra a Administração Pública	15
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	0
Crimes Contra a Ordem Tributária	1
Crimes de Tortura	0
Crimes Contra o Meio Ambiente	4
Crimes Contra o Consumidor	3
Outros Crimes	439
Crimes Contra o patrimônio	143
Crimes de Violência doméstica(Lei Maria da Penha)	56
Crimes de Tráfico de Entorpecentes	34
Crimes de Trânsito	48

Termos Circunstanciados

Passam para o Mês Seguinte Sem Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	12
-----------	----

Passam para o Mês Seguinte Com Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	0
-----------	---

Transações Penais Efetivadas no Mês

Crimes Contra a Administração Pública	2
---------------------------------------	---



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Crimes Contra o Meio Ambiente	2
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	91
Crimes Contra o patrimônio	11
Crimes de Trânsito	22

Denúncias Oferecidas no Mês

Crimes Contra a Administração Pública	0
Crimes Contra o Meio Ambiente	0
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	23
Crimes Contra o patrimônio	2
Crimes de Trânsito	6

Baixado à Origem para Realização de Diligência

Crimes Contra a Administração Pública	4
Crimes Contra o Meio Ambiente	4
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	142
Crimes Contra o patrimônio	8
Crimes de Trânsito	27

Arquivados

Pela Extinção de Punibilidade - Pela Prescrição	5
Pela Extinção de Punibilidade - Pela Decadência	16
Pela Extinção de Punibilidade - Por Outras Causas	75
Por Desconhecimento de Autoria	1
Por Outras Causas	45

Recebidos ou Requisitados pelo MP no Mês

Crimes Contra a Administração Pública	8
Crimes Contra o Meio Ambiente	6
Crimes Contra o Consumidor	0
Outros Crimes	372
Crimes Contra o patrimônio	13
Crimes de Trânsito	66



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ÁREA - Cível

Ano: 2010

Mês: Dezembro

Inquéritos Cíveis/Procedimentos Preparatórios

Instaurados

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	2
Meio Ambiente e Urbanismo	12
Saúde	29
Consumidor	0
Outros	12
Educação	4
Portador de Necessidades Especiais	0
Idoso	2
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	0

Arquivados Sem Ajustamento de Conduta

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	6
Meio Ambiente e Urbanismo	5
Saúde	6
Consumidor	0
Outros	10
Educação	2
Portador de Necessidades Especiais	0
Idoso	1
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	0

Arquivados Com Ajustamento de Conduta

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	0
Meio Ambiente e Urbanismo	6
Saúde	2
Consumidor	0



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Outros	0
Educação	0
Portador de Necessidades Especiais	0
Idoso	0
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	0

Ação Civil Ajuizada

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	2
Meio Ambiente e Urbanismo	9
Saúde	13
Consumidor	0
Outros	3
Educação	0
Portador de Necessidades Especiais	0
Idoso	1
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	0

Passam para o Mês Seguinte Sem Prazo de Conclusão Excedido

Ocorreram	542
-----------	-----

Passam para o Mês Seguinte Com Prazo de Conclusão Excedido

Ocorreram	258
-----------	-----

Processos Cíveis no 1º Grau

Recebidos no Mês

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	39
Meio Ambiente e Urbanismo	11
Saúde	15
Consumidor	1
Outros	3543
Educação	1
Portador de Necessidades Especiais	10
Idoso	14
Conflito Agrário	0



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Questão Indígena	80
------------------	----

Passam para o Mês Seguinte Sem Prazo de Conclusão Excedido

Ocorreram	133
-----------	-----

Passam para o Mês Seguinte Com Prazo de Conclusão Excedido

Ocorreram	132
-----------	-----

Total de Manifestações

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	40
Meio Ambiente e Urbanismo	9
Saúde	14
Consumidor	1
Outros	3408
Educação	1
Portador de Necessidades Especiais	12
Idoso	14
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	0

Processos Cíveis no 2º Grau

Recebidos no Mês

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	0
Meio Ambiente e Urbanismo	0
Saúde	0
Consumidor	0
Outros	0
Educação	0
Portador de Necessidades Especiais	1
Idoso	0
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	0

Passam para o Mês Seguinte Sem Prazo de Conclusão Excedido

Ocorreram	0
-----------	---

Passam para o Mês Seguinte Com Prazo de Conclusão Excedido



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ocorreram	0
-----------	---

Total de Manifestações

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	0
Meio Ambiente e Urbanismo	0
Saúde	0
Consumidor	0
Outros	15
Educação	0
Portador de Necessidades Especiais	1
Idoso	0
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	0

Processos Cíveis no Órgão do MP que atua Perante Tribunais

Recebidos no Mês

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	0
Meio Ambiente e Urbanismo	0
Saúde	0
Consumidor	0
Outros	0
Educação	0
Portador de Necessidades Especiais	0
Idoso	0
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	0

Passam para o Mês Seguinte Sem Prazo de Conclusão Excedido

Ocorreram	0
-----------	---

Passam para o Mês Seguinte Com Prazo de Conclusão Excedido

Ocorreram	0
-----------	---

Total de Manifestações

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	0
Meio Ambiente e Urbanismo	0
Saúde	0



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Consumidor	0
Outros	0
Educação	0
Portador de Necessidades Especiais	0
Idoso	0
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	0

Julgamentos

Procedência Conforme Pedido/Parecer do MP de 1º Grau

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	3
Meio Ambiente e Urbanismo	0
Saúde	3
Consumidor	0
Outros	894
Educação	0
Portador de Necessidades Especiais	5
Idoso	1
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	0

Improcedência Contrária ao Pedido/Parecer do MP de 1º Grau

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	0
Meio Ambiente e Urbanismo	0
Saúde	0
Consumidor	0
Outros	22
Educação	0
Portador de Necessidades Especiais	0
Idoso	0
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	0

Procedência Conforme Pedido/Parecer do MP de 2º Grau

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	0
--	---



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Meio Ambiente e Urbanismo	0
Saúde	0
Consumidor	0
Outros	0
Educação	0
Portador de Necessidades Especiais	0
Idoso	0
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	0

Improcedência Contrária ao Pedido/Parecer do MP de 2º Grau

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	0
Meio Ambiente e Urbanismo	0
Saúde	0
Consumidor	0
Outros	0
Educação	0
Portador de Necessidades Especiais	0
Idoso	0
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	0

Procedência Conforme Pedido/Parecer do MP que Atua Perante Tribunal Superior

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	0
Meio Ambiente e Urbanismo	0
Saúde	0
Consumidor	0
Outros	0
Educação	0
Portador de Necessidades Especiais	0
Idoso	0
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	0

Improcedência Contrária ao Pedido/Parecer do MP que Atua Perante Tribunal Superior

Improbidade Administrativa de Patrimônio Público	0
--	---



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Meio Ambiente e Urbanismo	0
Saúde	0
Consumidor	0
Outros	0
Educação	0
Portador de Necessidades Especiais	0
Idoso	0
Conflito Agrário	0
Questão Indígena	0

Controle de Constitucionalidade Abstrato

Ações propostas pelo MP

Ocorreram	1
-----------	---

Pareceres

Ocorreram	0
-----------	---

Julgamento em Sede de Controle Abstrato de Constitucionalidade

Procedência Conforme Pedido/Parecer do MP

Ocorreram	0
-----------	---

Procedência Contrária ao Pedido/Parecer do MP

Ocorreram	0
-----------	---

Improcedência Conforme Pedido/Parecer do MP

Ocorreram	0
-----------	---

Improcedência Contrária ao Pedido/Parecer do MP

Ocorreram	0
-----------	---

ÁREA - Infância e Juventude

Ano: 2010

Mês: Dezembro

Área dos Atos Infracionais

Passam para o Mês Seguinte Sem Prazo de Manifestação Excedido



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ocorreram	37
-----------	----

Passam para o Mês Seguinte Com Prazo de Manifestação Excedido

Ocorreram	10
-----------	----

Boletins de Ocorrências e Outras Notícias de Atos Infracionais Recebidos

Ocorreram	79
-----------	----

Boletins de Ocorrências e Outras Notícias Arquivadas Sem Concessão de Remissão

Ocorreram	6
-----------	---

Representações de Atos Infracionais Oferecidas

Ocorreram	45
-----------	----

Remissões Concedidas pelo MP

Simples	9
Cumulada com Medida Sócio-Educativa - Advertência	2
Cumulada com Medida Sócio-Educativa - Obrigação de Reparar Dano	0
Cumulada com Medida Sócio-Educativa - Prestação de Serviços à Comunidade	8
Cumulada com Medida Sócio-Educativa - Liberdade Assistida	0

Processos Recebidos

No Primeiro Grau

Ocorreram	687
-----------	-----

No Segundo Grau

Ocorreram	0
-----------	---

No Órgão do MP que Atua Perante Tribunais Superiores

Ocorreram	0
-----------	---

Defesa dos Direitos Transindividuais da Área da Infância e Juventude

Inquéritos Cíveis/Procedimentos Preparatórios

Instaurados	12
Arquivados Com Ajustamento de Conduta	7
Arquivados Sem Ajustamento de Conduta	0

Ações Cíveis Ajuizadas

Ação Civil Pública	9
Apuração de Infração Administrativa	0



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Destituição/Suspensão do Poder Familiar	2
Outras	8

Visitas a Unidades de Atendimento Sócio-Educativo

Ocorreram	0
-----------	---

Julgamentos

Na Área dos Atos Infracionais

Representações Julgadas Procedentes	17
Representações Julgadas Parcialmente Procedentes	0
Representações Julgadas Improcedentes	1

Na Área da Defesa Transindividual

Ações Cíveis Julgadas Procedentes	0
Ações Cíveis Julgadas Parcialmente Procedentes	0
Ações Cíveis Julgadas Improcedentes	0

Processos Analisados

No Primeiro Grau

Ocorreram	775
-----------	-----

No Segundo Grau

Ocorreram	0
-----------	---

No Órgão do MP que Atua Perante Tribunais Superiores

Ocorreram	0
-----------	---

ÁREA - Relatórios e Providências Decorrentes de Visitas de Fiscalização

Ano: 2010

Mês: Dezembro

Presídios

Visitas

Ocorreram	9
-----------	---

Relatórios Emitidos a Corregedoria

Ocorreram	9
-----------	---



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Outras Providências Adotadas

Ocorreram	3
-----------	---

Delegacias

Visitas

Ocorreram	22
-----------	----

Relatórios Emitidos a Corregedoria

Ocorreram	17
-----------	----

Outras Providências Adotadas

Ocorreram	2
-----------	---

Unidades de Abrigamento de Menores

Visitas

Ocorreram	3
-----------	---

Relatórios Emitidos a Corregedoria

Ocorreram	0
-----------	---

Outras Providências Adotadas

Ocorreram	0
-----------	---

Unidades de Cumprimento de Medida Sócio-Educativa

Visitas

Ocorreram	4
-----------	---

Relatórios Emitidos a Corregedoria

Ocorreram	4
-----------	---

Outras Providências Adotadas

Ocorreram	0
-----------	---

DESPESAS

LEVANTAMENTO PARA DIVULGAÇÃO / CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2010

(1)DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
5.297.396,53	5.445.723,28	8.523.581,69	7.257.479,24	7.608.068,30	8.547.695,46	7.463.971,61	6.145.964,02	9.045.658,67	5.906.386,49	10.044.903,86	13.479.393,79	94.766.222,94

PESSOAL

ATIVOS

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
5.112.496,06	5.162.183,54	5.052.762,12	5.220.640,18	5.490.453,02	7.126.817,42	5.440.146,83	5.473.872,13	5.639.187,42	5.393.457,46	5.514.257,41	10.433.915,96	75.553.841,03
4.978.865,87	5.023.263,61	4.913.842,19	5.081.304,98	5.353.625,71	6.987.793,67	5.301.606,19	5.335.342,94	5.500.658,23	5.257.434,94	5.376.527,27	10.161.941,54	69.272.207,14
- Despesa de Exercícios Anteriores	-		7.967,29			21.015,45		140.007,20	21.015,45	11.955,64	445.369,07	647.330,10
- Indenizações	13.909,61			173.071,15	113.208,65	133.109,75			105.964,37	101.978,79	92.690,52	733.932,84
- Obrigações Patronais	668.897,70	795.499,05	554.118,31	774.421,89	671.475,93	695.347,74	802.265,74	711.995,54	941.956,86	818.488,53	1.755.468,26	9.917.110,49
- Ressarcimento de P. Requisitado			20.743,32		7.110,13	7.110,13				21.330,39		56.293,97
- Vencimento e Vantagens	4.309.968,17	4.213.854,95	4.359.723,88	4.278.172,48	4.509.078,63	6.172.127,15	4.338.105,12	4.623.347,40	4.418.694,17	4.444.104,31	7.868.413,69	57.917.539,74

INATIVOS

133.630,19	138.919,93	138.919,93	139.335,20	136.827,31	139.023,75	138.540,64	138.529,19	138.529,19	136.022,52	137.730,14	271.974,42	1.787.982,41
- Obrigações Patronais	133.630,19	138.919,93	138.919,93	139.335,20	136.827,31	139.023,75	138.540,64	138.529,19	136.022,52	137.730,14	271.974,42	1.787.982,41

CORRENTES

MATERIAL DE CONSUMO

	179.110,53	274.272,39	393.898,35	343.371,50	433.675,43	352.211,78	326.889,13	565.441,98	393.130,24	381.537,50	251.128,34	598.984,31	TOTAL
1.965,67	9.716,92	66.180,09	25.573,42	30.506,94	17.889,29	24.575,33	90.327,18	21.434,30	14.278,34	37.127,92	86.348,08	425.923,48	
-Anulação de Suprimento de Fundos					85,06					1.154,73	131,02	1.370,81	
- Água Mineral		1.308,50	786,00	1.426,00	1.061,00	1.348,50	798,00	1.200,00	960,00	972,00	849,00	2.562,00	13.271,00
- Alimentação			160,00	240,00	120,00	160,00	160,00		200,00	160,00	160,00	555,00	1.915,00
- Arranjos											1.150,00		1.150,00
- Camisas para Educação							2.547,00					1.050,00	3.597,00
- Carteira Funcional											1.275,00		1.275,00
- Combustível		5.699,37	7.389,83	13.611,36	10.696,95	12.252,34	8.714,41	8.277,60	11.310,10	199,97	25.066,22	13.064,70	116.282,85
- Demais Materiais		714,11	221,36	798,80	1.603,69	992,50	75,00	1.312,76	973,08	387,60	1.368,00	80,00	8.526,90
- Fardamentos p/ Estagiários e Servidores												7.832,80	7.832,80
- Fornecimento de Gás										218,72			218,72
- Materiais p/ cadeiras											630,00		630,00
- Manteleiros de Copa e Cozinha										317,37		1.187,46	1.504,83
- Materiais de Expediente										164,00	221,50	569,00	954,50
- Materiais dist. Gratuita			775,00					628,00	2.070,00				3.473,00
- Materiais Elétricos	1.162,00		2.355,75	75,00	2.566,98			73,06	963,67	342,50	263,50	106,10	7.908,56
- Materiais Hidráulicos			194,28					56,50				101,96	352,74
- Materiais de Informática					10.512,80						2.095,00	10.569,10	23.176,90
- Materiais p/ Pintura											114,27		114,27
- Materiais p/ Refrigeração	110,00		371,64	349,94	648,00	759,60		4.515,50		614,76	200,00	1.052,38	8.621,82
- Medicamentos				1.539,56				2.277,60					3.817,16
- Patrimônio			745,50										745,50
- Peças p/ Viaturas	513,67	694,94	1.335,05	1.228,40	848,78	265,00	1.143,72	1.436,23	2.757,45	574,37	3.877,66	1.906,44	16.581,71
- Suprimento Almozarifado	180,00		51.246,48	4.004,36		2.111,35	11.137,20	69.744,98	2.200,00	10.230,00	212,50	45.822,85	196.889,72
- Suprimento de Fundos		1.300,00		1.300,00	2.533,80			804,95			800,00	19,31	6.758,06
- Tintas/ Telhas			599,20	1.000,00						97,05			1.696,25

SERVIÇOS

	177.144,86	264.555,47	327.718,26	317.798,08	403.168,49	334.322,49	302.313,80	475.114,80	371.695,94	367.259,16	214.000,42	512.636,23	4.067.728,00
3.982,54	6.017,34	6.843,15	7.738,22	6.063,09	5.688,13	6.379,51	6.642,55	7.504,71	7.206,97	5.877,61	5.555,13	75.498,95	
-Anulação de Suprimento de Fundos					250,00					481,50	138,39	869,89	
- Água/Esgoto	3.982,54	6.017,34	6.843,15	7.738,22	6.063,09	5.688,13	6.379,51	6.642,55	7.504,71	7.206,97	5.877,61	5.555,13	75.498,95
- Alimentação/ Servidores de Plantão		93,00	2.782,00	4.343,00	2.797,50	3.072,50	2.436,00	2.831,00	3.219,50	3.463,50	3.742,50	6.615,30	35.395,80
- Arrendamento Mercantil		3.760,00	3.760,00	3.760,00	3.760,00	3.760,00	3.760,00	3.760,00	3.760,00	3.760,00	3.760,00	7.520,00	45.120,00
- Auxílio Funeral								18.292,35					18.292,35
- Concurso Público								84.082,60		47.179,40			131.262,00
- Confeção de Revistas												6.540,00	6.540,00
- Correios/Encadern/Public	1.645,66	8.070,00	14.384,15	11.503,76	14.350,56		7.909,96	20.515,75	11.031,04	7.350,00	7.888,57	21.523,39	126.172,84
- Demais Serviços		375,00	799,13	962,00		31,00	267,00	404,00	370,00	224,00	267,00	381,00	4.080,13
- Diárias		3.172,00	33.369,00	26.482,00	14.609,50	13.167,50	8.344,00	26.040,00	10.227,00	14.964,50	11.133,00	4.970,00	166.478,50
- Elevadores	1.200,00	1.200,00			3.600,00			3.600,00	1.200,00		2.400,00	1.200,00	14.400,00
- Energia Elétrica		27.273,70	29.532,03	33.805,41	34.122,91	35.573,48	34.211,09	26.870,38	27.825,07	29.950,34	33.800,93	33.654,78	346.620,12
- Estagiários/Vale Transp.	45.741,72	56.052,19	68.453,41	65.558,28	68.961,16	64.871,25	69.459,70	64.788,70	64.070,73	69.565,66	66.730,56	67.460,00	771.713,36
- Hospedagens			467,71			1.808,00		432,40					2.708,11

DESPESAS

- Implantação de Coral	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	1.100,00	12.100,00
- INSS	246,40	2.346,65	2.207,01	647,20	1.256,05		3.074,32	1.420,00	1.846,35	220,00	1.700,00	571,35	15.535,33	
- Indenizações e Restituições					2.138,00		450,00						2.588,00	
- Internet											3.990,00	3.990,00	7.980,00	
- Impressão de exemplares, convites e cartões de visita.												11.347,50	11.347,50	
- Inscrições/Treinamento de Servidores	630,00		1.260,00	3.430,00	19.740,00	1.350,00		1.260,00	630,00	3.630,00	5.187,50	9.638,74	46.756,24	
- IPTU/Escritura	12.000,10	17.419,73											29.419,83	
- Locação de Máquinas		2.590,00	2.072,00	2.294,00		4.514,00	2.220,00		4.440,00	2.220,00	2.220,00	2.370,00	24.940,00	
- Locação de Veículos					896,00								896,00	
- Locação de Imóveis	4.963,81	14.600,33	12.664,31	11.336,02	15.353,86	17.405,77	9.974,76	12.068,50	10.132,48	12.822,03	11.523,65	22.458,50	155.304,02	
- Licenciamento de Viaturas								3.424,93	975,00				4.399,93	
- Limpeza e Conservação/Multiserv	102.900,00	102.900,00	96.176,73	96.176,73	190.841,71	120.727,69	120.727,69	121.059,26	121.059,26	121.059,26	2.674,71	239.443,75	1.435.746,79	
- Manut. de Veículos	264,40	123,00	1.202,50	399,05	471,70	30,00	666,05	771,38	1.915,64	175,65	130,02	525,00	6.674,39	
- Manut. Prédio PGJ						221,60				11.836,98			12.058,58	
- Passagens			6.841,06	17.499,20		13.063,48	10.067,28	8.176,78	7.805,49	5.079,70	5.502,60	8.592,01	82.627,60	
- Pesquisa Documental						5.400,00		6.000,00	6.500,00	1.100,00	6.000,00		25.000,00	
- Planejamento estratégico						12.000,00					1.600,00		13.600,00	
- Processamento de Dados/Thema/T.J.		11.320,71	13.152,02	17.149,71	16.814,64	10.914,14	11.389,14	11.389,14	17.011,43	13.384,14	11.389,14	19.182,17	153.096,38	
- Ressarcimento			871,48	493,90				736,29	300,00	99,33	1.559,28	2.216,03	6.276,31	
- Recuperação de Telhado			900,00		1.200,00								2.100,00	
- Serviços Artísticos												175,00		
- Serviços de Comunicação											1.400,00		1.400,00	
- Serviços Fotográficos												350,00	350,00	
- Serviço de Filmagens			3.000,00					600,00			6.000,00	600,00	7.200,00	
- Serviço de Informática									54.520,00	275,00	5.995,00	8.216,30	69.006,30	
- Serviços Gráficos						7.996,00	812,00						8.808,00	
- Serviços p/ Refrigeração				770,00				2.976,00	480,00				4.226,00	
- Serviços Telefonicos									3.187,00	990,00		560,00	4.737,00	
- Segurança/Alarme	590,00	590,00	590,00		590,00	590,00	590,00	590,00	590,00	590,00	590,00	590,00	6.490,00	
- Seguro de Vida/ Estagiários												2.104,95	2.104,95	
- Seguro de Edifício												4.787,28	4.787,28	
- Seguro das Viaturas				2.640,23				18.406,02					18.406,02	
- Suprimento Almojarifado		3.130,45		590,00	912,00			6.687,10				6.625,00	17.944,55	
- Suprimento de Fundos		700,00		700,00				799,20	200,00		200,00		2.599,20	
- Transporte de Equipamentos												3.931,25	3.931,25	
- Telefonia	1.880,23	1.721,37	25.290,57	8.419,37	3.839,81	11.037,95	8.475,30	19.390,47	9.795,24	10.112,70	10.119,85	7.980,19	118.063,05	

DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Desp. Exerc. Anteriores	5.789,94	3.397,95	105,07	27.012,47				-		9.540,98			45.846,41

CAPITAL	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
INVESTIMENTOS	0,00	5.869,40	3.076.816,15	1.666.455,09	1.683.939,85	1.068.666,26	1.696.935,65	106.649,91	3.013.341,01	121.850,55	4.279.518,11	2.446.493,52	19.166.535,50
- Equip. e Material Permanente		5.869,40	2.261,17	56.388,85	78.245,35	1.571,10	18.802,00	19.442,50	1.050,10	121.850,55	103,30	1.477,48	307.061,80
- Obras e Instalações			3.074.554,98	1.610.066,24	1.605.694,50	1.067.095,16	1.678.133,65	87.207,41	3.012.290,91		4.279.414,81	2.445.016,04	18.859.473,70

(2)DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
	0,00	4.269.045,57	757.821,22	0,00	26.813,15	0,00	50.184,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.103.864,57
Pagamento de Restos à Pagar		4.269.045,57	757.821,22		26.813,15		50.184,63						5.103.864,57

(1 + 2) TOTAL DAS DESPESAS	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
	5.297.396,53	9.714.768,85	9.281.402,91	7.257.479,24	7.634.881,45	8.547.695,46	7.514.156,24	6.145.964,02	9.045.658,67	5.906.386,49	10.044.903,86	13.479.393,79	99.870.087,51

LEVANTAMENTO PARA DIVULGAÇÃO / CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2010

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS														
ITEM	DESCRIÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
1	- Repasse Custeio	423.000,00	412.000,00	412.000,00	412.000,00	412.000,00	412.000,00	412.000,00	412.000,00	412.000,00	412.000,00	412.000,00	412.000,00	4.955.000,00
2	- Pessoal e Encargos Sociais	5.118.708,51	5.162.494,15	5.049.897,31	5.224.092,06	5.490.453,02	7.126.817,42	5.440.146,83	5.473.872,13	5.639.187,42	5.529.479,98	5.385.345,02	10.420.224,15	71.060.718,00
	- Investimento/Obra			3.034.554,98	1.434.724,24	1.741.036,50	1.147.095,16	1.701.324,22	64.016,84	3.012.290,91	34.490,19	4.496.527,62	2.193.413,04	16.666.060,66
	TOTAL	5.541.708,51	5.574.494,15	8.496.452,29	7.070.816,30	7.643.489,52	8.685.912,58	7.553.471,05	5.949.888,97	9.063.478,33	5.975.970,17	10.293.872,64	13.025.637,19	94.875.191,70

RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS														
ITEM	DESCRIÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
1	- Restos a Pagar	207.974,59	4.061.070,98	757.821,22		26.813,15		50.184,63						5.103.864,57
	TOTAL	207.974,59	4.061.070,98	757.821,22	0,00	26.813,15	0,00	50.184,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.103.864,57

TOTAL GERAL DE RECEITAS	5.749.683,10	9.635.565,13	9.254.273,51	7.070.816,30	7.670.302,67	8.685.912,58	7.603.655,68	5.949.888,97	9.063.478,33	5.975.970,17	10.293.872,64	13.025.637,19	99.979.056,27
--------------------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	----------------------	----------------------	----------------------

MOVIMENTAÇÃO DOS FUNDOS

RECEITAS	Saldo Anterior	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
FEMP	315.875,67	1.610,89	3.973,02	3.378,00	2.482,91	6.377,42	10.061,82	5.254,48	3.802,22	132.894,34	4.446,49	4.692,68	4.432,90	499.282,84
FUPEN	20.712,35	1.749,80	2.298,10	1.435,22	2.427,48	2.060,98	2.951,81	1.740,53	2.166,88	2.779,04	2.115,21	2.504,89	2.075,28	47.017,57
TOTAL	336.588,02	3.360,69	6.271,12	4.813,22	4.910,39	8.438,40	13.013,63	6.995,01	5.969,10	135.673,38	6.561,70	7.197,57	6.508,18	546.300,41

OBS. A diferença de R\$ 1.636,23 se refere a devolução de Suprimento Novembro de 2010

OBS. O valor de R\$ 4.043.869,48, Corresponde a Restos a Pagar de 2008.

OBS. A diferença de R\$ 250,06 se refere a devolução de Suprimento

DESPESAS	Saldo Anterior	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
FEMP	499.282,84	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	244.685,00	254.597,84
FUPEN	47.017,57	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	47.017,57
TOTAL	546.300,41	0,00	244.685,00	301.615,41										

OBS. A diferença de R\$ 1.636,23 se refere a devolução de Suprimento Novembro de 2010

OBS. O valor de R\$ 4.043.869,48, Corresponde a Restos a Pagar de 2008.

OBS. A diferença de R\$ 250,06 se refere a devolução de Suprimento

**ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA-GERAL****PROVIDÊNCIAS DECORRENTES
POR ESPECIALIDADE**

Período: 17/11/2010 a 31/12/2010

ESPECIALIDADE	AC	ACP	AI	A. CRI	TAC	EXE	Total
Apur. de Ato Infra. Atrib. à Criança e Adolescente	0	0	0	0	0	0	0
Atuação no Sistema Prisional	0	0	0	0	0	0	0
Controle e Fiscalização do Terceiro Setor	0	0	0	0	0	0	0
Controle Externo da Atividade Policial	0	1	0	0	0	0	1
Defesa do Consumidor	0	1	0	0	0	0	1
Defesa do Meio Ambiente	1	5	0	0	0	0	6
Defesa do Patrimônio Público	3	3	2	2	1	2	13
Defesa do Patrimônio Social e Cultural	0	0	0	0	1	1	2
Defesa do Urbanismo	0	3	0	0	0	0	3
Direitos à Educação	0	1	1	0	0	0	2
Direitos à Saúde	0	10	0	0	0	0	10
Direitos das Pessoas com Deficiência	1	2	0	0	0	0	3
Direitos do Idoso	0	1	0	0	0	0	1
Direitos dos Acidentados do Trabalho	0	0	0	0	0	0	0
Direitos Humanos em Geral	0	1	0	0	0	0	1
Direitos Inerentes à Criança e Adolescente	0	10	0	3	3	10	26
Outras	0	0	0	0	0	0	0
Previdência Pública	0	0	0	0	0	0	0
Proteção aos direitos da Mulher	0	0	0	0	0	0	0
Questões Agrárias	0	0	0	0	0	0	0
Serviços de Relevância Pública	0	0	0	4	1	0	5
Total	5	38	3	9	6	13	74

Legenda:AC - Ações Cautelares.
ACP - Ações Cíveis Públicas.
AI - Ações de Improbidade.A. CRI - Ações Criminais.
TAC - Termos de Ajustamento de Conduta.
EXE - Ações de Execução.



ESTADO DE SERGIPE
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ESTATÍSTICA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

MÊSES DE NOVEMBRO À DEZEMBRO/2010 - REFERENTE AO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

QUADRO GERAL DE PROCESSOS MOVIMENTADOS

MESES	CÂMARA CÍVEL	CÂMARA CRIMINAL	CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS	TURMA RECURSAL	TRIBUNAL PLENO	TOTAL
JANEIRO						
FEVEREIRO						
MARÇO						
ABRIL						
MAIO						
JUNHO						
JULHO						
AGOSTO						
SETEMBRO						
OUTUBRO						
NOVEMBRO	004	034	-	-	040	078
DEZEMBRO	009	055	-	-	054	118
TOTAL	013	089	-	-	094	196



ESTADO DE SERGIPE
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ESTATÍSTICA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

MÊSES DE NOVEMBRO À DEZEMBRO/2010 - REFERENTE AO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

QUADRO GERAL DE MANIFESTAÇÕES PROCESSUAIS

	PARECERES EMITIDOS	CONTRA RAZÕES	DILIGÊNCIA SOLICITADA	DESIGNAÇÃO DE PROMOTOR ART. 28 DO CPF	PELA NÃO MANIFESTAÇÃO	PARA EXAME E CIÊNCIA DA DECISÃO	PELA REITERAÇÃO	RECURSO INTERPOSTO	DENUNCIA	A RETORNAR	TOTAL
ORLANDO ROCHADEL MOREIRA	071	-	020	-	-	087	003	014	-	001	196
TOTAL	071	-	020	-	-	087	003	014	-	001	196



ESTADO DE SERGIPE
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ESTATÍSTICA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

MÊSES DE NOVEMBRO À DEZEMBRO/2010 - REFERENTE AO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

QUADRO DE MANIFESTAÇÕES PROCESSUAIS - CIVEL

PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA	PARECERES EMITIDOS	CONTRA RAZÕES	DILIGÊNCIA SOLICITADA	DESIGNAÇÃO DE PROMOTOR Art.28 do CPP	PELA NÃO MANIFESTAÇÃO	PARA EXAME E CIÊNCIA DA DECISÃO	PELA REITERAÇÃO	RECURSO INTERPOSTO	DENÚNCIA	A RETORNAR	TOTAL
ORLANDO ROCHADEL MOREIRA	003	-	-	-	-	009	-	001	-	-	013
TOTAL	003	-	-	-	-	009	-	001	-	-	013

QUADRO DE MANIFESTAÇÕES PROCESSUAIS - CRIMINAL

PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA	PARECERES EMITIDOS	CONTRA RAZÕES	DILIGÊNCIA SOLICITADA	DESIGNAÇÃO DE PROMOTOR Art.28 do CPP	PELA NÃO MANIFESTAÇÃO	PARA EXAME E CIÊNCIA DA DECISÃO	PELA REITERAÇÃO	RECURSO INTERPOSTO	DENÚNCIA	A RETORNAR	TOTAL
ORLANDO ROCHADEL MOREIRA	002	-	-	-	-	075	-	012	-	-	089
TOTAL	002	-	-	-	-	075	-	012	-	-	089

QUADRO DE MANIFESTAÇÕES PROCESSUAIS -CÍVEIS REUNIDAS

PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA	PARECERES EMITIDOS	CONTRA RAZÕES	DILIGÊNCIA SOLICITADA	DESIGNAÇÃO DE PROMOTOR Art.28 do CPP	PELA NÃO MANIFESTAÇÃO	PARA EXAME E CIÊNCIA DA DECISÃO	PELA REITERAÇÃO	RECURSO INTERPOSTO	DENÚNCIA	A RETORNAR	TOTAL
ORLANDO ROCHADEL MOREIRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

QUADRO DE MANIFESTAÇÕES PROCESSUAIS -TURMA RECURSAL

PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA	PARECERES EMITIDOS	CONTRA RAZÕES	DILIGÊNCIA SOLICITADA	DESIGNAÇÃO DE PROMOTOR Art.28 do CPP	PELA NÃO MANIFESTAÇÃO	PARA EXAME E CIÊNCIA DA DECISÃO	PELA REITERAÇÃO	RECURSO INTERPOSTO	DENÚNCIA	A RETORNAR	TOTAL
ORLANDO ROCHADEL MOREIRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

QUADRO DE MANIFESTAÇÕES PROCESSUAIS -PLENO

PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA	PARECERES EMITIDOS	CONTRA RAZÕES	DILIGÊNCIA SOLICITADA	DESIGNAÇÃO DE PROMOTOR Art.28 do CPP	PELA NÃO MANIFESTAÇÃO	PARA EXAME E CIÊNCIA DA DECISÃO	PELA REITERAÇÃO	RECURSO INTERPOSTO	DENÚNCIA	A RETORNAR	TOTAL
ORLANDO ROCHADEL MOREIRA	066	-	020	-	-	003	003	001	-	001	094
TOTAL	066	-	020	-	-	003	003	001	-	001	094



ESTADO DE SERGIPE
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ESTATÍSTICA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

MÊS DE DEZEMBRO/2010 – REFERENTE AO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

QUADRO GERAL DE MANIFESTAÇÕES PROCESSUAIS

PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA	PARECERES EMITIDOS	CONTRA RAZÕES	DILIGÊNCIA SOLICITADA	DESIGNAÇÃO DE PROMOTOR Art.28 do CPP	PELA NÃO MANIFESTAÇÃO	PARA EXAME E CIÊNCIA DA DECISÃO	PELA REITERAÇÃO	RECURSO INTERPOSTO	DENÚNCIA	A RETORNAR	TOTAL
ORLANDO ROCHADEL MOREIRA	043	-	010	-	-	055	002	008	-	-	118
TOTAL	043	-	010	-	-	055	002	008	-	-	118



ESTADO DE SERGIPE
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ESTATÍSTICA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL
MÊS DE DEZEMBRO/2010 – REFERENTE AO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

QUADRO DE MANIFESTAÇÕES PROCESSUAIS - CIVEL

PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA	PARECERES EMITIDOS	CONTRA RAZÕES	DILIGÊNCIA SOLICITADA	DESIGNAÇÃO DE PROMOTOR Art.28 do CPP	PELA NÃO MANIFESTAÇÃO	PARA EXAME E CIÊNCIA DA DECISÃO	PELA REITERAÇÃO	RECURSO INTERPOSTO	DENÚNCIA	A RETORNAR	TOTAL
ORLANDO ROCHADEL MOREIRA	003	-	-	-	-	005	-	001	-	-	009
TOTAL	003	-	-	-	-	005	-	001	-	-	009

QUADRO DE MANIFESTAÇÕES PROCESSUAIS - CRIMINAL

PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA	PARECERES EMITIDOS	CONTRA RAZÕES	DILIGÊNCIA SOLICITADA	DESIGNAÇÃO DE PROMOTOR Art.28 do CPP	PELA NÃO MANIFESTAÇÃO	PARA EXAME E CIÊNCIA DA DECISÃO	PELA REITERAÇÃO	RECURSO INTERPOSTO	DENÚNCIA	A RETORNAR	TOTAL
ORLANDO ROCHADEL MOREIRA	-	-	-	-	-	048	-	007	-	-	055
TOTAL	-	-	-	-	-	048	-	007	-	-	055

QUADRO DE MANIFESTAÇÕES PROCESSUAIS -CÍVEIS REUNIDAS

PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA	PARECERES EMITIDOS	CONTRA RAZÕES	DILIGÊNCIA SOLICITADA	DESIGNAÇÃO DE PROMOTOR Art.28 do CPP	PELA NÃO MANIFESTAÇÃO	PARA EXAME E CIÊNCIA DA DECISÃO	PELA REITERAÇÃO	RECURSO INTERPOSTO	DENÚNCIA	A RETORNAR	TOTAL
ORLANDO ROCHADEL MOREIRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

QUADRO DE MANIFESTAÇÕES PROCESSUAIS -TURMA RECURSAL

PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA	PARECERES EMITIDOS	CONTRA RAZÕES	DILIGÊNCIA SOLICITADA	DESIGNAÇÃO DE PROMOTOR Art.28 do CPP	PELA NÃO MANIFESTAÇÃO	PARA EXAME E CIÊNCIA DA DECISÃO	PELA REITERAÇÃO	RECURSO INTERPOSTO	DENÚNCIA	A RETORNAR	TOTAL
ORLANDO ROCHADEL MOREIRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

QUADRO GERAL DE MANIFESTAÇÕES PROCESSUAIS -PLENO

PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA	PARECERES EMITIDOS	CONTRA RAZÕES	DILIGÊNCIA SOLICITADA	DESIGNAÇÃO DE PROMOTOR Art.28 do CPP	PELA NÃO MANIFESTAÇÃO	PARA EXAME E CIÊNCIA DA DECISÃO	PELA REITERAÇÃO	RECURSO INTERPOSTO	DENÚNCIA	A RETORNAR	TOTAL
ORLANDO ROCHADEL MOREIRA	040	-	010	-	-	002	002	-	-	-	054
TOTAL	040	-	010	-	-	002	002	-	-	-	054



ESTADO DE SERGIPE
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ESTATÍSTICA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL
MÊS DE NOVEMBRO/2010 – REFERENTE AO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

QUADRO GERAL DE MANIFESTAÇÕES PROCESSUAIS

PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA	PARECERES EMITIDOS	CONTRA RAZÕES	DILIGÊNCIA SOLICITADA	DESIGNAÇÃO DE PROMOTOR Art.28 do CPP	PELA NÃO MANIFESTAÇÃO	PARA EXAME E CIÊNCIA DA DECISÃO	PELA REITERAÇÃO	RECURSO INTERPOSTO	DENÚNCIA	A RETORNAR	TOTAL
ORLANDO ROCHADEL MOREIRA	028	-	010	-	-	032	001	006	-	001	078
TOTAL	028	-	010	-	-	032	001	006	-	001	078



ESTADO DE SERGIPE
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ESTATÍSTICA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

MÊS DE NOVEMBRO/2010 – REFERENTE AO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

QUADRO DE MANIFESTAÇÕES PROCESSUAIS - CIVEL

PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA	PARECERES EMITIDOS	CONTRA RAZÕES	DILIGÊNCIA SOLICITADA	DESIGNAÇÃO DE PROMOTOR Art.28 do CPP	PELA NÃO MANIFESTAÇÃO	PARA EXAME E CIÊNCIA DA DECISÃO	PELA REITERAÇÃO	RECURSO INTERPOSTO	DENÚNCIA	A RETORNAR	TOTAL
ORLANDO ROCHADEL MOREIRA	-	-	-	-	-	004	-	-	-	-	004
TOTAL	-	-	-	-	-	004	-	-	-	-	004

QUADRO DE MANIFESTAÇÕES PROCESSUAIS - CRIMINAL

PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA	PARECERES EMITIDOS	CONTRA RAZÕES	DILIGÊNCIA SOLICITADA	DESIGNAÇÃO DE PROMOTOR Art.28 do CPP	PELA NÃO MANIFESTAÇÃO	PARA EXAME E CIÊNCIA DA DECISÃO	PELA REITERAÇÃO	RECURSO INTERPOSTO	DENÚNCIA	A RETORNAR	TOTAL
ORLANDO ROCHADEL MOREIRA	002	-	-	-	-	027	-	005	-	-	034
TOTAL	002	-	-	-	-	027	-	005	-	-	034

QUADRO DE MANIFESTAÇÕES PROCESSUAIS -CÍVEIS REUNIDAS

PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA	PARECERES EMITIDOS	CONTRA RAZÕES	DILIGÊNCIA SOLICITADA	DESIGNAÇÃO DE PROMOTOR Art.28 do CPP	PELA NÃO MANIFESTAÇÃO	PARA EXAME E CIÊNCIA DA DECISÃO	PELA REITERAÇÃO	RECURSO INTERPOSTO	DENÚNCIA	A RETORNAR	TOTAL
ORLANDO ROCHADEL MOREIRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

QUADRO DE MANIFESTAÇÕES PROCESSUAIS -TURMA RECURSAL

PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA	PARECERES EMITIDOS	CONTRA RAZÕES	DILIGÊNCIA SOLICITADA	DESIGNAÇÃO DE PROMOTOR Art.28 do CPP	PELA NÃO MANIFESTAÇÃO	PARA EXAME E CIÊNCIA DA DECISÃO	PELA REITERAÇÃO	RECURSO INTERPOSTO	DENÚNCIA	A RETORNAR	TOTAL
ORLANDO ROCHADEL MOREIRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

QUADRO DE MANIFESTAÇÕES PROCESSUAIS -PLENO

PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA	PARECERES EMITIDOS	CONTRA RAZÕES	DILIGÊNCIA SOLICITADA	DESIGNAÇÃO DE PROMOTOR Art.28 do CPP	PELA NÃO MANIFESTAÇÃO	PARA EXAME E CIÊNCIA DA DECISÃO	PELA REITERAÇÃO	RECURSO INTERPOSTO	DENÚNCIA	A RETORNAR	TOTAL
ORLANDO ROCHADEL MOREIRA	026	-	010	-	-	001	001	001	-	001	040
TOTAL	026	-	010	-	-	001	001	001	-	001	040



Ministério Público de Sergipe
Procuradoria-Geral de Justiça